



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANA LETÍCIA MELO VIANA

**1968: ESTADO & LIBERDADE**

*COMO A PRIMAVERA DE PRAGA E AS REVOLTAS ESTUDANTIS EM  
PARIS PODEM SER INSERIDAS NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA*

BRASÍLIA – DF

2016

ANA LETÍCIA MELO VIANA

**1968: ESTADO & LIBERDADE**

*COMO A PRIMAVERA DE PRAGA E AS REVOLTAS ESTUDANTIS EM  
PARIS PODEM SER INSERIDAS NO CONTEXTO DA GUERRA FRIA*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Área de Concentração: *Sociedade, Cultura e Política*. Linha de pesquisa: *Política, Instituições e Relações de Poder* da Universidade de Brasília para a obtenção do título de Mestra em História.

Orientador: Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

BRASÍLIA – DF

2016

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Dissertação de Mestrado de autoria de Ana Letícia Melo Viana, intitulada “1968: Estado & Liberdade”, apresentada como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, em 30 de setembro de 2016, defendida e aprovada pela Banca Examinadora:

---

Professor Doutor Virgílio Caixeta Arraes

Orientador

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília

PPGHIS – UnB

---

Professor Doutor Carlos Eduardo Vidigal

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília

PPGHIS – UnB

---

Professor Doutor Eiiti Sato

Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília

IREL – UnB

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus pais, Genário e Esther. Meu pai e sua insaciável sede por conhecimento, além do apoio constante e incondicional, me incentivaram sempre a buscar mais, e a me aprofundar em minhas ideias. Enquanto ele me incentivava a buscar conhecimento, minha mãe me provava que conhecimento é importante, mas que não é tudo na vida. Sem a presença e o amor dos dois, certamente eu não teria chegado até aqui.

Em segundo lugar, aos meus irmãos, Levi e Laura. Desde os dois anos eu não sei mais o que é ser filha única, e ter dividido os últimos 22 anos com o Levi e os últimos 15 com a Laura tem sido uma honra. Escrever essa dissertação sem ouvir “o que você está fazendo?” e “me empresta o carregador do notebook” teria sido bem menos divertido.

Ao meu querido Aron, muito obrigada por todos os finais de semana de estudo ao invés de cinema, e todas as noites de leitura ao invés de diversão. Por todos os lanches, todos os dias de ar condicionado, e “to-das” as caronas. Pela participação em discussões teórico-filosóficas, mas também pelos episódios de *Grey's Anatomy*. Sem seu apoio, teria sido bem mais difícil.

Aos meus amigos de graduação, muito obrigada pelos quatro anos e meio de convivência e diversão diária, e por uma vida futura de amizade.

Esses dois anos de mestrado não teriam sido os mesmos sem o companheirismo do melhor grupo que a pós poderia me dar: Débora, Julia e Fernando, muito obrigada por tudo que passamos juntos nesse período.

Também agradeço a todas as pessoas que algum dia eu pedi oração pelo mestrado (foram muitas!), e a todos os amigos não citados diretamente.

À UnB, ao IREL, e ao PPGHIS, muito obrigada por terem contribuído para minha formação.

Agradeço grupo de estudos Pensadores Clássicos e Debates Contemporâneos, de onde me veio a inspiração para essa pesquisa.

Ao professor Sato, agradeço o acompanhamento desde os tempos de graduação, a disponibilidade para discussões filosóficas com café e biscoitos, pelos comentários construtivos na banca de qualificação, e pela disponibilidade de participar da defesa.

Ao professor Vidigal, agradeço pelos comentários pertinentes da banca de qualificação, e pela disponibilidade de estar na banca de defesa.

Ao professor, Henrique Mondanez, obrigada por ter se esforçado para que essa defesa ocorresse.

Ao professor Arraes, muito obrigada por ter aceito ser meu orientador, por toda cordialidade e paciência durante esses dois anos, e por toda ajuda.

Também agradeço ao Seu Jorge e Rodolfo, sem os quais os procedimentos administrativos seriam mais difíceis.

Ao Banco do Brasil, à Ernest & Young e à WebAula por toda flexibilidade, e por entenderem que fazer mestrado e trabalhar ao mesmo tempo é tarefa árdua.

Por último, mas mais importante, agradeço a Deus. Afinal, “Todas as coisas foram feitas por Ele, e sem Ele nada do que foi feito se fez.” (João 1:3)

A todos vocês, meus mais sinceros agradecimentos.

*“Que nada nos defina. Que nada nos limite.  
Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a  
nossa própria substância. ”*

*(Simone de Beauvoir)*

## RESUMO

Referência: MELO VIANA, Ana Letícia. **1968: Estado & Liberdade**. Como a Primavera de Praga e as Revoltas Estudantis em Paris podem ser inseridas no contexto da Guerra Fria. 2016. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

O objetivo deste trabalho é comparar as revoltas estudantis de Paris com as revoltas sociais de Praga, ambas ocorridas no ano de 1968. As revoltas em Paris foram movimentações estudantis que extrapolaram o ambiente dos campi e envolveram a sociedade. Elas podem ser inseridas na série de revoltas que aconteceram no lado capitalista ao redor de mundo durante a década de 60. Já os movimentos de Praga surgiram no seio da sociedade, e se inseriram no contexto de aspiração por liberdade que havia nos satélites de Moscou.

Para conceber a comparação entre tais levantes, contextualizar-se-ão os blocos ideologicamente antagônicos, Capitalismo e Socialismo, onde eles estão inseridos. Isso porque, a fim de que a comparação seja feita de maneira satisfatória, é imprescindível que se analisem os blocos entre os anos de 1947 a 1968, período conhecido como coexistência pacífica.

Também se analisarão, no aspecto micro, fatos das revoltas, para que se possa melhor compreender as semelhanças e diferenças, e como elas se relacionam com a dicotomia ideológica da Guerra Fria. Ainda, com o intuito de elucidar melhor a discussão, far-se-á uma revisão conceitual de termos como “liberdade”, “ideologia”, “Guerra Fria” e “revolução”.

**Palavras-chave:** 1968, Guerra Fria, Liberdade, Revolução, Paris, Praga.

## ABSTRACT

The purpose of this study is to compare the student revolts in Paris with the social upheavals of Prague, both of which occurred in 1968. The revolts in Paris were student movements that extrapolated the campus environment and involved the entire society. It can be inserted in the series of revolt movements that happened in the capitalist side, around the world, in the 60s. On the other hand, the Prague Spring movements' were born within the society, and can be inserted in a context of freedom aspiration that were taking place in all of the Moscow's satellites.

To design the comparison between these uprisings, the antagonistic blocs, Capitalism and Socialism, where they are inserted, will be contextualized. In order to compare them in a satisfactory manner, it is essential to analyze the blocks between the years 1947-1968, a period known as peaceful coexistence.

Regarding the micro aspects, the facts of the riots will be examined so that we can better understand the similarities and differences between them, and how they relate to the ideological dichotomy of the Cold War. Still, in order to better elucidate the discussion, a conceptual review of terms such as "freedom," "ideology", "Cold War" and "revolution" will take place.

**Keywords:** 1968, Cold War, Freedom, Revolution, Paris, Prague.

## SUMÁRIO

Introdução	10
1. Guerra Fria e Liberdade	15
1.1. Considerações Gerais	15
1.2. Sobre a guerra	16
1.3. Guerra Fria	18
1.4. Liberdade	34
2. Les étudiants en colère	39
2.1 Considerações Gerais	39
2.2 A França no pós-guerra	40
2.3 Os fatos	46
2.4 Considerações Finais	54
3. A revolução dentro do partido	57
3.1 Considerações Gerais	57
3.2 Checoslováquia	57
3.3 A Primavera de Praga	64
3.4 Considerações Finais	70
Conclusão	69
Referências	71

## INTRODUÇÃO

O objetivo dessa dissertação é analisar as revoltas dos estudantes em Paris, em maio de 1968, e as revoltas sociais em Praga no mesmo ano. Os dois países viviam em blocos ideológicos distintos, que funcionavam como sistemas distintos. Ambos os sistemas têm estruturas de funcionamento semelhantes, apesar de serem opostos. Isso porque as estruturas se baseiam em ideologias. Norberto Bobbio<sup>1</sup> diz que<sup>2</sup>

Ideologia designa o *genus*, ou a *species* diversamente definida, dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos.<sup>3</sup>

E Terry Eagleton<sup>4</sup> complementa dizendo que “o termo ideologia, em outras palavras, parece fazer referência não somente a sistemas de crenças, mas a questões de poder”<sup>5</sup>. Ou seja, ideologia tem a ver com legitimação do poder. Eagleton também cita John B. Thompson, que diz: “estudar ideologia é estudar os modos pelos quais o significado (ou a significação) contribui para manter as relações de dominação”<sup>6</sup>.

Isso significa que a ideologia pode ser definida como um conjunto de ideias que visa auxiliar a manutenção de determinado sistema no poder. Ainda segundo Eagleton

Para terem êxito, as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma visão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada.<sup>7</sup>

E, ainda, que

---

<sup>1</sup> BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2008

<sup>2</sup> Na verdade, essa definição é considerada, pelo autor, como a definição “fraca” de ideologia. Para ele, a forte estaria ligada ao conceito de ideologia de Marx e à falsa consciência das relações de domínio entre as classes. Para o objetivo desta pesquisa, a segunda definição, mesmo que seja considerada “forte” não tem uso. Por isso, optou-se pela definição “fraca” do autor, sem causar nenhum prejuízo à análise.

<sup>3</sup> *Ibidem*. Vol.1, pp.585

<sup>4</sup> EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

<sup>5</sup> *Idem*, pp.18

<sup>6</sup> *Ibidem*, pp.20

<sup>7</sup> *Ibidem*, pp.27

É possível, portanto, pensar no discurso ideológico como uma complexa rede de elementos empíricos e normativos, dentro da qual a natureza e organização dos primeiros é, em última análise, determinada pelos requisitos dos últimos.<sup>8</sup>

As ideologias presentes nos dois países analisados, apesar de se basearem em conceitos antagônicos, são passíveis de comparação, uma vez que têm a mesma forma de funcionamento. Ambas são estruturas que condicionam seus sistemas, mesmo que os condicionem em direções divergentes.

Um dos objetivos do trabalho, portanto, é analisar a forma pela qual a existência de uma ideologia dominante em cada um dos blocos influenciou o modo como as revoltas se desenvolveram. E, ainda, como as diferenças na ideologia influenciaram o desenrolar das manifestações.

Outro ponto importante que será abordado no decorrer da dissertação é a ideia de liberdade e sua relação com revoltas e revoluções. As revoltas sociais são um indicativo de que o equilíbrio político social de um determinado grupo foi rompido e de que há insatisfações dentro da sociedade, seja como um todo ou em grupos específicos. Dentro dos Estados, as revoltas significam que a legitimidade do Governo está em baixa, e que os indivíduos questionam a governança estabelecida dentro daquele Estado.

Esse tipo de revolta, que nem sempre consegue mudar as características do meio, acontece desde que existem Estados, e, muito provavelmente, continuará a acontecer no futuro – caso a organização em Estados permaneça vigente; uma vez que revelam a insatisfação dos indivíduos com relação ao Estado.

Além disso, revoltas sociais visam modificar o status quo e são eventos recorrentes. Para se manter, o Estado deve controlá-las; e esse controle se dá por meio da intervenção. Há, ainda, a possibilidade de influenciar tanto atores externos quanto indivíduos para reduzir as chances de uma revolta e reduzir, também, as percepções de perda de legitimidade.

Notou-se, ademais, que tanto França quando Checoslováquia buscaram conter seus movimentos revoltosos. Ou seja, os dois Estados têm entre seus objetivos a sua perpetuação. Historicamente, pôde-se observar a intervenção e a tentativa de controle de ambos os Estados nas revoltas populares durante a Primavera de Praga, na Checoslováquia, em 1968, e nas Revoltas Estudantis de Paris no mesmo ano.

Ambas as revoltas ocorreram durante o período da Guerra Fria, em países que tinham o nível de bem-estar social e de desenvolvimento alto – apesar de não serem os líderes do

---

<sup>8</sup> EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Editora UNESP, 1997, pp.33

Socialismo ou do Capitalismo. Além disso, a França tem um histórico de revoltas populares, e, portanto, há um interesse maior em estudar as revoltas nesse país; e a Checoslováquia tem o histórico de ser um país com alto número de intelectuais, professores universitários e artistas, classes que costumam questionar as condições da sociedade com mais frequência do que as predominantes em outros países do bloco soviético.

As revoltas estudantis em Paris podem ser inseridas no contexto de uma série de movimentos contestatórios que ocorreram no bloco capitalista no ano de 1968. O movimento foi escolhido porque acreditou-se que ele representa bem os demais movimentos revoltosos deste ano, dentro do bloco capitalista.

A Primavera de Praga, por sua vez é um movimento que marcou a contestação interna no bloco socialista. As tropas do pacto de Varsóvia permaneceram ocupando Praga até o desmembramento da União Soviética porque Moscou temia que novas insurgências pudessem enfraquecer ainda mais o regime.

Após análise do contexto histórico do período, dos conceitos abordados na dissertação, e das revoltas em Paris e em Praga, chegou-se a algumas conclusões. Primeiramente, existem duas esferas de análise. O nível social e o nível governamental. Em ambos os casos, a sociedade ansiava por mudanças e por mais liberdade. Ou seja, mesmo em sistemas diferentes, a insatisfação era a mesma. No nível social, a aspiração era a mesma.

Por outro lado, com relação ao nível governamental: em Paris, não havia vontade política de mudança. Mas, caso houvesse, o governo seria autônomo para as fazer da forma que lhe conviesse. Já no caso de Praga, havia vontade política para mudanças, mas não havia autonomia. A anarquia do sistema internacional não era real para Checoslováquia.

As diferenças de regimes ideológicos, portanto, não geraram aspirações diferentes na população – pelo menos não no aspecto macro. Ambas queriam mais liberdade. E Hannah Arendt afirma que “a ideia de liberdade foi introduzida no debate do problema da guerra depois que se tornou bastante óbvio que havíamos atingido um estágio de desenvolvimento técnico em que os meios de destruição eram tais que se excluía seu emprego racional”.<sup>9</sup> A liberdade começou a ser reivindicada quando todo o resto parecia ser injustificável, especificamente no período mais quente da Guerra Fria.

No que tange à estrutura, o primeiro capítulo trata da explicitação do contexto de Guerra Fria, especificamente o período de 1947 a 1968. 1968 foi o último ano do período chamado de coexistência pacífica, no qual consolidou-se a ideia de que blocos antagônicos

---

<sup>9</sup> ARENDT, Hannah. **Da revolução**. 2. ed. Brasília : Ática, 1990, pp. 11

poderiam conviver pacificamente. Nesse período, houve uma série de revoltas sociais dentro dos países dos dois blocos, cujo ápice foi o ano de 68. O primeiro capítulo, então, se propõe a explicar porque todas essas insurgências aconteceram em 68, utilizando-se de conceitos como liberdade, guerra fria e revolução, além de uma breve análise do contexto internacional à época.

O segundo capítulo pretende analisar as revoltas dos estudantes em Paris. Ele começa com uma análise do pós Segunda Guerra Mundial na França, que criou o cenário para as insurgências estudantis. Analisa a construção social e familiar que levou os estudantes de 1968 a agirem de forma diferente e questionarem a status quo, e, ainda, a acreditarem que tinham força suficiente para alterar o ordenamento da sociedade.

De fato, não tiveram, mas conseguiram incitar grandes passeatas e movimentações sociais. Ao final, o governo retomou o poder das universidades e tudo voltou ao normal. Entretanto, imagens de estudantes protestando pelo *quartier latin* já haviam sido espalhadas mundo afora, e as aspirações dos jovens parisienses inspiraram outros jovens ao redor do mundo. Ademais, o capítulo também aborda a tentativa frustrada de alguns grupos partidários de tomar a frente das revoltas.

O terceiro das revoltas em Praga. Primeiro, é feita uma breve análise do bloco soviético no pós Segunda Guerra; depois, mais especificamente da Checoslováquia. Diferentemente do capítulo que trata das revoltas em Paris, o terceiro trata dos movimentos em Praga sempre considerando a esfera local (seja social ou governamental), e também a experiência e as reações de Moscou frente às revoltas.

Isso porque a experiência da Checoslováquia, e de todos os outros países do bloco socialista, não era isolada ou unitária; ela sempre tinha a presença e atenção de Moscou em seus movimentos. Esse relacionamento constrangia e influenciava todos os movimentos do país. A análise, então, não pode deixar de fora essa relação.

Após essa análise, são observados aspectos da revolta, da reação no governo tcheco e no Kremlin, e as consequências do movimento. No primeiro momento, o sucesso das aspirações sociais. Em seguida, a reação do governo russo. E, por fim, os desdobramentos das movimentações sociais depois da invasão dos tanques do Pacto de Varsóvia.

A conclusão traz pontos importantes que foram observados durante a pesquisa e que se acredita servirem não apenas para as duas revoltas estudadas, como para análise de uma série de outros movimentos sociais. Também há considerações sobre o poder da ideologia na Guerra Fria, especialmente no período de coexistência pacífica.

Além disso, retoma-se alguns pontos tratados na conclusão, e faz-se a correlação das definições teóricas com os acontecimentos tratados no capítulo dois e três.

Como fontes, foram usados relatos de pessoas que vivenciaram os movimentos e análises de historiadores sobre os eventos. Inicialmente, tinha-se a ideia de usar jornais, mas, no decorrer da pesquisa, percebeu-se que a análise ficaria muito desequilibrada e, então, essas fontes foram abandonadas. As hipóteses originais também foram falseadas. Apesar disso, acredita-se que houve um bom embasamento teórico-metodológico para o desenvolvimento da pesquisa e da análise, e que os resultados são bastante positivos.

## 1. Guerra Fria e Liberdade

### 1.1. Considerações Gerais

Nos últimos anos, temos presenciado os desdobramentos da crise em que se encontra a Grécia. O ponto ao qual se chegou é fruto de alguns fatores que vêm se desenrolando desde, no mínimo, o início do século XXI. Carlos Góes, em um artigo da página “Mercado Popular”<sup>10</sup>, aponta cinco causas para explicar a crise grega.

Primeiramente, a criação do Euro e a fraude do governo grego levou a comunidade internacional a subestimar o risco da dívida do país. Isso porque a criação da zona do euro unificou as taxas de juros para os países participantes, considerando que eles teriam condições de estabilidade econômica comuns à dívida pública – mas o governo grego se utilizou de artifícios para fazer parecer que estava seguindo tais critérios quando na verdade não estava, e isso fez com que o risco real de se emprestar dinheiro à Grécia fosse subestimado.<sup>11</sup>

Em segundo lugar, o governo de Atenas tinha um déficit orçamentário (gastava mais do que recebia) havia quinze anos. Além disso, a Comissão Europeia, o Banco Central europeu e o Fundo Monetário Internacional suavizaram os impactos das medidas de austeridade, fornecendo um crédito de mais 110 bilhões de euros para que o país pudesse tomar medidas mais rigorosas em um espaço de tempo maior<sup>12</sup>. Sem esse subsídio, as medidas de ajuste teriam de ser feitas em apenas um ano, ao contrário dos cinco que, efetivamente, foram necessários para as concluir.

Na sequência, após feitos os ajustes, a dívida grega começou a se estabilizar. A questão é que ela se estabilizou em níveis muito altos – cerca de 170% do PIB<sup>13</sup>. Esses valores da dívida tornaram o financiamento muito caro, e exigiram medidas de controle mais rígidas, para evitar que o déficit explodisse e a situação se tornasse ainda pior. Góes também afirma que

as políticas adotadas pelo governo grego (somadas à fraude dos números oficiais) durante os últimos 15 anos eram insustentáveis. O ajuste viria, com ou sem o resto da Europa. Infelizmente, mais uma vez, como já ocorreu em

---

<sup>10</sup> GOÉS, Carlos. **Entenda a crise grega em menos de 3 minutos**. In.: Mercado Popular: Economia Livre e Justiça Social. Disponível em: <http://mercadopopular.org/2015/07/entenda-a-crise-na-grecia-em-menos-de-tres-minutos/> Acesso em 10/07/2015

<sup>11</sup> Idem

<sup>12</sup> Ibidem

<sup>13</sup> Ibidem

tantos outros países, a população terá de arcar com os erros de políticos e burocratas.<sup>14</sup>

Por último, as medidas de austeridade não foram bem recebidas pela população. A produção de serviços do país caiu 25%, e um em cada quatro gregos estava desempregado<sup>15</sup>. A população culpava outros governos e bancos europeus por essa situação. Os cidadãos estavam insatisfeitos com a situação, e muito provavelmente sofreriam as consequências das próximas medidas de austeridade para controle da economia. Ademais, no último plebiscito, venceu a corrente que dizia não à negociação com os credores.

É evidente, portanto, que havia uma dissociação entre os interesses da população e os interesses político-burocráticos de Bruxelas. Como consequência, o povo grego tem se manifestado revoltoso e contra o sistema. Eles acreditam que a presença dos órgãos fiscalizadores em sua economia é opressora e reduz sua liberdade. Manifestações contra o sistema em tom de revolta e divergências entre as aspirações dos indivíduos e do corpo burocrático-governamental foram comuns ao longo da história. Por exemplo, no período de 1947 a 1968, durante a Guerra Fria, elas foram bastante frequentes. Sobre a guerra, pode-se pontuar o que segue.

## 1.2. Sobre a guerra

Em relação à guerra, Kenneth Waltz, um teórico neorrealista<sup>16</sup> das relações internacionais, em seu livro “O Homem, o Estado e a Guerra”<sup>17</sup> descreve três níveis de análise possíveis sobre as causas da guerra. São eles: o nível individual, do homem; o nível dos Estados e de suas características internas; e o nível do sistema.

---

<sup>14</sup> Ibidem

<sup>15</sup> Ibidem

<sup>16</sup> O neorrealismo é uma corrente teórica das Relações Internacionais que surgiu na década de 1950 como uma modernização do realismo clássico. Este acreditava que o Estado era governado por homens e sua natureza egoísta. Era o individualismo e o egoísmo humano que definiam as relações entre estados – que, conseqüentemente, buscavam sempre aumentar seu poder e se sobressair perante os outros estados. O sistema internacional, de acordo com o realismo clássico, era um cenário de guerra constante. Já o neorrealismo, ou realismo estrutural, acredita que é o sistema que condiciona os Estados, e não a natureza dos indivíduos. Para os realistas, o sistema internacional é uma anarquia, e há falta de autoridade central superior. O que gera uma situação constante de *self-help* entre os Estados – ou seja, cada um busca os seus interesses individuais. Com isso, para os neorrealistas, que acreditam que o sistema é condicionado por sua estrutura anárquica, o cenário é de incerteza constante.

<sup>17</sup> WALTZ, Kenneth. **O homem, o Estado e a Guerra: Uma análise Teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

O primeiro nível define as causas da guerra como sendo a natureza egoísta humana. Segundo o autor: “As causas mais importantes das disposições e dos atos políticos encontram-se na natureza e no comportamento do homem.”<sup>18</sup> O egoísmo e individualidade humana fariam com que os Estados, governados por homens, buscassem sempre seus objetivos próprios, muitas vezes com uso da força e sem considerar os outros atores do sistema. O conflito, então, seria inexorável.

O segundo nível considera que as causas de conflitos armados estão nas questões internas dos Estados. Waltz afirma que a guerra é um meio de se trazer harmonia interna ao Estado. Ele diz:

a guerra, o caminho irracional para todos os Estados, caracteriza as relações entre eles. Por que os governos travam guerras? Porque a guerra lhes oferece uma desculpa para aumentar impostos, para expandir a burocracia, para aumentar seu controle sobre seus cidadãos<sup>19</sup>,

E ainda:

Bodin viu isso com clareza, pois conclui que “a melhor maneira de preservar um Estado e de garanti-lo contra a sedição, a rebelião e a guerra civil consiste em manter os súditos amigos uns dos outros, e, com esse fim, encontrar um inimigo contra o qual possam congregar forças.”<sup>20</sup>

A guerra, portanto, seria um instrumento para se conseguir a harmonia interna. Já o terceiro nível analisa o sistema internacional como possível causa das guerras. Waltz assume a anarquia do sistema como condicionante de sua estrutura.<sup>21</sup> Ou seja, os Estados agem de determinada forma porque a anarquia os faz agir assim. A falta de autoridade superior torna os Estados vulneráveis, e, por isso, eles desenvolvem um sistema de autoajuda, no qual cada um busca seus próprios interesses.

Os conflitos ocorrem, portanto, porque a anarquia e o sistema de autoajuda são constantes e condicionam os Estados a agirem de forma egoísta, buscando seus próprios interesses, com vias a tornar a balança de poder favorável para si próprios. Eles não têm interesse em cooperar entre si, e não se oporiam a usar a força como meio de atingir suas ambições. Logo, a incerteza é uma característica constante do sistema.

---

<sup>18</sup> Idem, pp.55

<sup>19</sup> Ibidem, pp.126

<sup>20</sup> Ibidem, pp.103

<sup>21</sup> Ibidem

A anarquia do sistema, por sua vez, é um conceito que foi estabelecido por Hedley Bull, no livro *A Sociedade Anárquica*<sup>22</sup>. O autor afirma que o sistema internacional não tem uma autoridade suprema detentora do poder. Não há, portanto, poder absoluto, mas poder relativo entre os membros. Apesar dessa ausência de autoridade central, Bull, ao contrário dos realistas, não defende que o sistema internacional seja um cenário de conflito iminente.

Para ele, o fato de os Estados conviverem em meio ao mesmo sistema internacional, constituiria uma sociedade internacional. Todos os Estados estariam, conseqüentemente, integrados à Sociedade Internacional, e sujeitos a sua lei natural. A anarquia, portanto, não implicaria conflito. A ordem existiria sem a necessidade de regras, ou de uma autoridade central que a estabelecesse. Os padrões regulares de comportamento poderiam ser caracterizados como leis.

No cenário de anarquia, ademais, os Estados deveriam respeitar a soberania interna e externa uns dos outros, honrar acordos, e, sobretudo, limitar o uso recíproco da força. Essa visão é contrária à dos realistas e neorealistas, e não foi exatamente isso que ocorreu durante o período da Guerra Fria.

### 1.3. Guerra Fria

A Guerra Fria foi o momento seguinte à Segunda Guerra Mundial. Com o fim desta, aconteceu a inusitada situação de potências ideológicas divergentes estarem unidas perseguindo interesses externos comuns. Durante os conflitos, o fato de ter um inimigo comum<sup>23</sup> era suficiente para que as diferenças ideológicas fossem deixadas de lado.

Ao final, o fator inimigo comum não existia mais, e ficou claro que os integrantes da coalizão vencedora estava em conflito ideológico entre si<sup>24</sup>, e que a aliança iria ruir. Segundo Hobsbawm, o curioso é que os próprios líderes do tempo de guerra se surpreenderam e até se alarmaram com a ruptura da grande aliança. Suas esperanças de um desfecho diferente eram reais, do contrário não teriam se empenhado tanto, enquanto os combates ainda rugiam, num acordo sobre o que aconteceria quando as hostilidades cessassem. Suas esperanças eram paralelas – suas visões não eram<sup>25</sup>.

---

<sup>22</sup> BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002

<sup>23</sup> WALTZ, Kenneth. **O homem, o Estado e a Guerra: Uma análise Teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

<sup>24</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

<sup>25</sup> Idem, pp.25

Desde o começo, a Grande Aliança foi simultaneamente uma forma de cooperação para derrotar o eixo e um instrumento pelo qual cada um dos vitoriosos procurava ter o máximo de influência no mundo pós-guerra. Sua formulação tentou conciliar objetivos políticos divergentes<sup>26</sup>. Segundo John Lewis Gaddis,

Quaisquer que fossem os triunfos da grande aliança na primavera de 1945, seu êxito sempre dependera da busca de objetivos compatíveis por sistemas incompatíveis. A tragédia foi esta: aquela vitória exigia que os vencedores deixassem de ser o que eram ou desistissem de muito do que esperavam atingir com aquela guerra.<sup>27</sup>

Estados Unidos e União Soviética tinham soluções bastante distintas para enfrentar o problema da justiça social nas sociedades modernas<sup>28</sup>. As diferenças ideológicas também são elucidadas de forma muito clara por Gaddis. Ele diz:

Lênin, acompanhando Marx, presumia a incompatibilidade dos interesses de classe: como os ricos sempre explorariam os pobres, estes não tinham escolha senão suplantar os ricos. Wilson, acompanhando Adam Smith, presumia o inverso: que a busca dos interesses individuais favorecia o interesse de todos e, deste modo, aos poucos desgastaria as diferenças de classes ao beneficiar tanto ricos quanto pobres.<sup>29</sup>

Os EUA viviam em um sistema democrático, que prezava a liberdade, e se consideravam responsáveis por difundir essa liberdade pelo mundo. Do outro lado, a União Soviética vivia em um regime totalitário – que costumam ser repressivos e não oferecer muita liberdade aos indivíduos. No entanto, por ser a ditadura do proletariado, essa redução da liberdade não seria um problema – já que os objetivos eram todos voltados ao bem-estar dos mesmos. Segundo um observador, em 1943, Roosevelt teria dito que

Em termos gerais, temos mais liberdade e menos igualdade do que a Rússia. A Rússia tem menos liberdade e mais igualdade. Se democracia deve ser definida primordialmente em termos de liberdade ou de igualdade é uma fonte de debate sem fim.<sup>30</sup>

---

<sup>26</sup> Ibidem, pp.17

<sup>27</sup> Ibidem, pp.6

<sup>28</sup> Ibidem

<sup>29</sup> Ibidem, pp.85

<sup>30</sup> Ibidem, pp.87

Apesar das diferenças ideológicas, a análise das conjunturas internas e internacional à época deixa claro que nem EUA nem URSS gostariam de ter mais conflitos<sup>31</sup>. Ambos haviam acabado de sair de uma guerra com gastos altos, baixa de pessoal e com responsabilidades de auxiliar financeiramente a reestruturação dos seus “aliados ideológicos”.

Talvez no quesito “baixa de pessoal”, os Estados Unidos tenham sido mais prejudicados do que a União Soviética, já que o Exército Vermelho saiu da guerra fortalecido, e com presença ainda maior na Europa. Hobsbawm, inclusive, afirma que isso se deu pelo fato de que “o sistema internacional que existia no pré-guerra desmoronara, deixando os EUA diante de uma URSS enormemente fortalecida em amplos trechos da Europa e em outros espaços ainda maiores do mundo não-europeu”<sup>32</sup>

As preocupações americanas eram voltadas muito mais para impedir uma nova depressão do que para evitar uma nova guerra, ou concorrer com o sistema de Stalin. Sua postura era defensiva, não agressiva. Apesar do fato de que o interesse de Stalin nunca fora restaurar o equilíbrio de poder na Europa, mas sim dominá-la, a URSS não representava perigo imediato – principalmente para quem estivesse fora do alcance do exército vermelho. Saíram da guerra em ruínas, com a economia bastante debilitada, com desconfiança da população por parte do governo, e com uma população que, em grande parte, não estava comprometida com o regime<sup>33</sup>.

Do outro lado, Stalin precisava de toda ajuda que conseguisse obter para reestruturar seu país. Por isso, não tinha interesse em se opor à única potência que poderia ajudá-lo – os Estados Unidos. Como afirma Hobsbawm, “ninguém sabia melhor que Stalin quão fraca era sua mão de jogo”<sup>34</sup>, e, ademais, ele dependia do auxílio americano para alcançar seus objetivos no pós-guerra a um custo razoável<sup>35</sup>. De fato, Stalin considerava que não havia necessidade de desafiar ou tentar destruir o sistema capitalista, já que, de acordo com sua ideologia, esse sistema estava fadado à falência e seria substituído pelo comunismo<sup>36</sup>, uma

---

<sup>31</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006; HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

<sup>32</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp.228

<sup>33</sup> Idem, pp.230

<sup>34</sup> Ibidem, pp.231

<sup>35</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, pp.12

<sup>36</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp.230

vez que os capitalistas nunca seriam capazes de cooperar por muito tempo.<sup>37</sup> Os objetivos de Stalin eram:

Segurança para si mesmo, para seu regime, para seu país e para sua ideologia, exatamente nesta ordem. Procurou se assegurar de que nenhum desafio no plano interno pudesse jamais pôr em risco seu governo pessoal e nenhuma ameaça externa pudesse algum dia pôr de novo em risco seu país. O interesse de comunistas noutras partes do mundo, admiráveis como fossem, nunca poderiam se sobrepor às prioridades do estado soviético como ele as estabeleceria. Narcisismo, paranoia e poder absoluto juntaram-se em Stalin: dentro da união soviética e do movimento internacional, ele era tremendamente temido – mas ao mesmo tempo, idolatrado<sup>38</sup>.

Não havia, portanto, nenhum interesse dos dois países em se enfrentar. Apesar disso, houve a criação de um ambiente de tensão e aparente instabilidade, com corrida armamentista e enfrentamento de ambos os lados. Para Hobsbawm, a Guerra Fria foi baseada na crença, principalmente americana,

retrospectivamente absurda, mas bastante natural após a Segunda Guerra Mundial, de que a era da catástrofe não chegara de modo nenhum ao fim; de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo nenhum assegurado.<sup>39</sup>

É claro, hoje, que a histeria em Washington não era realista. O poder americano, em termos reais, continuava decisivamente maior que o soviético.<sup>40</sup> O que estava um pouco abalado era seu prestígio. O objetivo americano era a manutenção da supremacia concreta.<sup>41</sup> Por isso, inclusive, que Truman disse em um de seus discursos: “Era necessário mostrar ao mundo que temos algo positivo e atraente para oferecer, não apenas o anticomunismo”.<sup>42</sup> Hobsbawm adiciona:

Foram 40 anos de confronto armado e mobilizado, baseado na implausível suposição de que a instabilidade do planeta era de tal ordem que uma guerra mundial podia explodir a qualquer momento, possibilidade essa afastada apenas pela incessante dissuasão mútua.<sup>43</sup>

<sup>37</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, pp.12

<sup>38</sup> Idem, pp.10

<sup>39</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp.228

<sup>40</sup> Idem, pp.243

<sup>41</sup> Ibidem, pp.234

<sup>42</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, pp.91

<sup>43</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp.228

A Guerra Fria se baseou, portanto, na percepção dos atores de que eles estavam sendo ameaçados, e de que havia perigo eminente de destruição do seu sistema. Segundo Hobsbawm, “a peculiaridade da Guerra Fria é que, em termos objetivos, não existia perigo iminente da guerra mundial”<sup>44</sup>. Mas, como os atores achavam que havia ameaças, eles se prepararam para elas – o que gerava a percepção de ameaça pelo outro ator da bipolaridade.

Susan Strange<sup>45</sup>, ao questionar e explicitar a divisão teórica que temos de regimes, dá o exemplo de três grupos de pessoas perdidos em uma ilha. Um se especializa no comércio, o outro na produção, e o terceiro na segurança. Em algum tempo, o grupo que se especializou em comércio e o que se especializou em produção começam a se sentir ameaçados pelo que se “militarizou”, pois a percepção daqueles é que este está se preparando para atacá-los. Sua reação é, então, se militarizar também, com o intuito de se proteger. É exatamente isso que acontece na Guerra Fria.

A tomada de decisão de governos e autoridades baseada em suas percepções pode ser explicada pela teoria construtivista. Essa corrente de pensamento surgiu na década de 90, com o artigo de Alexander Wendt, “Anarchy is What We Make of It”. O título é uma menção ao livro de Hedley Bull, *A Sociedade Anárquica*<sup>46</sup>, já previamente citado, no qual ele afirma que a sociedade internacional é anárquica, e que essa anarquia define o sistema internacional, e as atitudes dos atores. Como mencionado anteriormente, Bull acredita que a anarquia presumiria cooperação. Essa, no entanto, não é a ideia dos realistas.

Para os realistas, essa condicionante torna o sistema internacional uma arena de tensão constante, na qual a guerra é inexorável. Enquanto para os liberais, a “cooperação”, mesmo que seja para a busca de interesses individuais, é inexorável. Os construtivistas, por sua vez, afirmam que nem a guerra e nem a cooperação são dadas. Pode haver tanto um quanto outro, dependendo das condições do contexto.

O foco da teoria está na construção social da política internacional. A principal indagação, não só para o construtivismo, mas para todas as teorias das relações internacionais, é: como são formados os interesses dos Estados? Quais são os valores levados em consideração na formulação de uma política externa, ou no processo de tomada de decisão?

De acordo com as teorias clássicas, os atores teriam interesses pré-sociais, ou seja, interesses que seriam estáveis e independentes das condições e do contexto internacional. O

---

<sup>44</sup> Idem, pp.224

<sup>45</sup> STRANGE, Susan. **States and Markets**. Nova Iorque: Basil Blackwell, 1988

<sup>46</sup> BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002

construtivismo, por sua vez, acredita que a convivência social modifica os interesses dos agentes. Ademais, as ideias e normas possuem um papel fundamental tanto na definição das identidades e interesses, quanto na formulação da realidade dos atores.

No que tange à questão da segurança internacional, o construtivismo, assim como a teoria realista<sup>47</sup>, acredita que os Estados são os atores mais importantes do cenário internacional. Então, mesmo que haja outros agentes de importância secundária, que podem até condicionar alguns fatores do sistema, as mudanças estruturais acontecem por meio dos Estados.

Apesar disso, os construtivistas não assumem que os Estados são entes onipresentes. Eles existem por questões históricas, que serão tratadas mais ao final, e podem deixar de existir, dependendo do desenrolar dos acontecimentos. Essa visão vai de encontro à ideia realista de que a existência dos Estados é uma premissa do sistema.

O ponto principal da teoria construtivista é analisar como as ideias influenciam a maneira pela qual as identidades são construídas, e modificadas, no cenário internacional. Conseqüentemente, eles também analisam como os atores definem seus interesses em função de suas identidades, que não são fixas e variam de acordo com o cenário e com as ideias. A maneira como os Estados definem seus interesses varia, então, de acordo com os contextos internacional e interno.

Outro ponto importante é que a formulação das ideias é baseada em percepções. Estas formulam não só as ideias e ações dos Estados, mas também suas análises da balança de poder. Foi exatamente o que aconteceu na Guerra Fria – a balança de poder foi percebida pelas duas potências como equilibrada, ou desequilibrada para o lado do oponente – e o objetivo era que ela estivesse negativa para o adversário.

Para o construtivista Wendt, o poder é constituído principalmente por ideias e contextos culturais. Enquanto o modelo realista ignora a socialização entre os Estados, Wendt ressalta que as situações e ameaças internacionais são construídas, e não naturais. Assim, a famosa frase de Wendt, "a anarquia é o que os Estados fazem dela", equivale a dizer que o conceito de anarquia é construído socialmente<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> A Teoria Realista é considerada uma das teorias clássicas das Relações Internacionais. Ela tem suas bases em Tucídides, Hobbes e Maquiavel, e acredita que os Estados são atores sempre presentes no sistema internacional, e que buscam sempre aumentar seu nível de poder - e não hesitariam em usar a força para fazê-lo. Por isso, há uma instabilidade que é iminente ao sistema, e a guerra é inexorável.

<sup>48</sup> WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1999.

Wendt apresenta três lógicas de anarquia – a hobbesiana, a lockeana e a kantiana – que podem assumir no sistema internacional: inimigo, rival e amigo, respectivamente. Essas funções distribuídas possuem diferentes lógicas de interação, cujas normas são geradas a partir das ideias percebidas dentro dessas três possibilidades<sup>49</sup>.

Os Estados observam, então, os acontecimentos, ou suas previsões de acontecimentos futuros, e formam suas ideias de acordo com a percepção que eles têm do significado de tal ato, e não do ato em si. Por exemplo, se o Estado *A* toma uma atitude *x*, e o Estado *B* percebe essa atitude *x* como *y*. Então, o Estado *B* forma suas ideias, e formula sua estratégia de reação, baseando-se em *y*, e não em *x*.

Da mesma forma, o Estado *A* percebe a reação *y* como *z*. E age de acordo com os seus interesses considerando *z*, e não *y*. Ou seja, as ações de *A* afetam as percepções e reações de *B*; e a reação de *B* afetam as percepções de *A*, que vai agir de acordo elas. As ações dos atores, de acordo com o construtivismo são, então, afetadas umas pelas outras. Um age de acordo com o que percebe da atitude do outro, e o outro age de acordo com as percepções que têm daquele um.

Logo, forma-se um processo circular de influências mútuas. As interações no sistema internacional se dão, de acordo com essa visão, numa arena na qual a percepção dos atores acerca das atitudes de seus semelhantes é o que influencia a construção de seus valores, e de suas ações. Como as percepções variam, os valores variam, e, com eles, as ações. Por isso há uma constante movimentação no cenário externo.

De acordo com a teoria construtivista, portanto, a Guerra Fria ocorreu porque tanto Estados Unidos quanto União Soviética achavam que estavam com a balança de poder desequilibrada em relação ao seu oponente. Como vimos, tanto Gaddis<sup>50</sup> quando Hobsbawm<sup>51</sup> acreditavam não haver interesse genuíno de nenhuma das duas potências em entrar novamente num conflito. E Gaddis<sup>52</sup> ainda afirma que não havia desequilíbrio na balança de poder, ao passo que Hobsbawm<sup>53</sup> acreditava que a supremacia americana ainda estava assegurada (o que daria motivos para a URSS se sentir ameaçada). Segundo Hobsbawm,

---

<sup>49</sup> Idem

<sup>50</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006

<sup>51</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

<sup>52</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006

<sup>53</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

Enquanto os EUA se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética num dado momento futuro, Moscou se preocupava com a hegemonia de fato dos EUA, então exercida sobre todas as partes do mundo não ocupadas pelo exército vermelho.<sup>54</sup>

Independentemente de o cenário estar equilibrado (ou ligeiramente desequilibrado para o lado capitalista) o fato é que os atores perceberam que havia desequilíbrio, o que os fez se sentirem ameaçados, e enxergarem a necessidade de competir entre seus sistemas. Uma situação na qual, racionalmente, não havia possibilidade de confronto, se tornou um cenário de Guerra Fria.

A decisão de se partir para o confronto não foi racional. Hobsbawm, que considerava a balança de poder positivamente tendenciosa para o lado americano, diz:

Dois elementos na situação ajudavam a fazer o confronto passar do reino da razão para o da emoção. Como a URSS, os EUA eram uma potência representando uma ideologia, que a maioria dos americanos acreditava sinceramente ser o modelo para o mundo<sup>55</sup>. [...]Ao contrário da URSS, os EUA eram uma democracia.<sup>56</sup>

As questões de ideologia serão tratadas mais adiante. Cabe, agora, tratar das consequências da percepção do cenário instável e ameaçador por parte das potências do pós Segunda Guerra Mundial. A primeira delas refere-se ao fato de que o mundo foi dividido em zonas de influência, e tanto americanos quanto soviéticos financiaram guerras, golpes e revoltas em outros países – tanto para alteração de regime e para contenção de ideias dissidentes, quanto para demonstrar força ao oponente.

Ademais, eles também desenvolveram planos de reconstrução para auxiliar países que estivessem dentro de suas esferas de influência. Inicialmente, o plano era que as duas potências fornecessem ajuda conjuntamente, mas Stalin, influenciado por sua ideologia,

---

<sup>54</sup> Idem, pp.231

<sup>55</sup> Para Hobsbawm, o fato de os EUA serem uma democracia era negativo. Primeiro, porque o autor é marxista. Segundo, ele afirma que em uma democracia, o governo tem de se preocupar com questões internas - como reeleições, nível de aprovação do governo, e opinião dos cidadãos. Basicamente, a prestação de contas interna era, para Hobsbawm, um fator de dificuldade para os governos. De fato, Nixon foi deposto por insatisfação popular com sua atitude de violar o sigilo, e a individualidade, no escândalo “Watergate”, e, de início, os líderes soviéticos não tinham a necessidade de prestação de contas. Apesar disso, essa falta de accountability diminuiu a legitimidade do regime, e foi um dos motivos de sua queda.

<sup>56</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, pp.232

preferiu agir de forma isolada. Afinal, para ele, os capitalistas não poderiam cooperar por muito tempo.<sup>57</sup>

Os Estados Unidos ofereceram ajuda militar e econômica à Grécia e à Turquia, enquanto o exército vermelho continha revoltas na Alemanha Oriental, Hungria, Iugoslávia e Checoslováquia. Stalin também arquitetou o bloqueio de Berlim, o que fez com que o congresso americano aprovasse com rapidez o Plano Truman. E a estratégia dos aliados ocidentais de fazer uma ponte aérea para acessar a cidade sitiada aumentou a aprovação deles com a população.<sup>58</sup>

Outras medidas mais práticas também foram adotadas. Americanos apoiaram logística e financeiramente diversos golpes de direita em países das Américas Central e do Sul. Soviéticos, por sua vez, tentaram se unir com o gigante chinês. Segundo Hobsbawm,

Exceto na Europa, a guerra fria não foi uma era em que se esqueceu a luta. A combinação de poder, influência política, suborno e a lógica de bipolaridade e anti-imperialismo manteve as divisões do mundo mais ou menos estáveis [...] terceiro, o fim da guerra fria encheu o mundo de armas num grau que desafia a crença.<sup>59</sup>

Todas essas medidas serviram para mostrar ao oponente quem era o mais poderoso. Mas esse objetivo mudou após a guerra da Coreia. Assim como a crise dos mísseis e com a questão do Egito, a Guerra da Coreia criou um precedente exclusivo de que poderia haver um conflito longo e sangrento entre nações que possuíssem armas nucleares – e que elas poderiam preferir não usá-las.<sup>60</sup> Essa percepção surgiu após o início da corrida armamentista.

Além da divisão do mundo em zonas da influência, e do financiamento de conflitos armados e golpes de estado, os países começaram a se armar, com o objetivo de se proteger. Foi dado o início à corrida armamentista. Ao final, as potências perceberiam que, como afirma Clausewitz,

os estados que recorrem à violência sem limites podem ser por ela consumidos. Se o objetivo da guerra era garantir um estado – como poderia não ser? – as guerras teriam de ser limitadas.<sup>61</sup>

E, ainda, Hobsbawm

<sup>57</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, pp.29

<sup>58</sup> Idem, pp.32

<sup>59</sup> Ibidem, pp.248-250

<sup>60</sup> Ibidem, pp.48

<sup>61</sup> Ibidem, pp.49

isso é o que Clausewitz queria dizer quando insistia em que a guerra é “a continuação da política por outros meios”. O objetivo político é o fim, a guerra é o meio de alcançá-lo e os meios nunca podem ser considerados à parte de sua finalidade. Os próprios estados podem ser vítimas da guerra se as armas se tornarem tão destrutivas que ponham em risco os objetivos pelos quais se trava a guerra. Qualquer recurso à força, em tais circunstâncias, pode destruir o que se queria defender.<sup>62</sup>

O desenvolvimento de bombas atômicas foi o primeiro passo. Com o passar dos anos, tanto Estados Unidos quanto União Soviética faziam testes não-confirmados com seus mísseis e suas armas nucleares. A estratégia de não confirmar os testes só aumentava a tensão. Já que o oponente não sabia o poder de alcance de tais armas, muitas vezes imaginava que era maior do que de fato era, sentia-se mais ameaçado do que realmente estava, e se armava ainda mais.<sup>63</sup>

Inicialmente, quando não havia equilíbrio entre as armas atômicas dos dois países, o risco de um ataque era maior, apesar de o alcance desse ataque ser menor do que viria ser nos anos futuros. A situação se desenvolveu a ponto de uma guerra nuclear se tornar realmente possível. A maior prova disso foi a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962.

Nessa crise, a União Soviética mandou mísseis para uma base militar em Cuba – que recentemente tivera uma revolução comunista. Com isso, os EUA se sentiram ameaçados e organizaram uma tentativa frustrada de invadir a ilha. Como não obtiveram sucesso, a ameaça de se usar armas nucleares para atacar o Kremlin tornou-se latente. Segundo Gaddis:

A crise dos mísseis em cuba comprova como grandes potências podem se enganar quando as tensões são elevadas e grandes os interesses envolvidos. As consequências, como não aconteceu, poderiam ter surpreendido a todos. A partir de 1962, houve alarmes e mesmo alertas nucleares, mas não mais ocorreram crises do porte das que vinham dominando as relações entre as superpotências desde o fim da década de 40.<sup>64</sup>

Quando a União Soviética aproximou seu poderio militar daquele dos americanos, o risco de ataques diminuiu. Isso porque os riscos eram muito altos. O poder de destruição das armas era muito grande (juntas, poderiam destruir mais do que cinco vezes o mundo inteiro), e não valia a pena tentar um ataque, mesmo que pequeno, pois não se podia prever, com certeza, a potência da reação.

---

<sup>62</sup> Ibidem, pp.49

<sup>63</sup> Ibidem

<sup>64</sup> Ibidem, pp.72

Gaddis afirma que o advento das armas termonucleares significava que a guerra não mais poderia ser um instrumento de ação do estado. Ao contrário, a sobrevivência dos estados passara a exigir que não houvesse guerra de nenhuma espécie.<sup>65</sup> A corrida armamentista, portanto, tornou a guerra inviável.

O problema era como vencer o oponente sem ir à guerra. E, agora, o modo de não ir à guerra era torná-la perigosa o suficiente para que seus custos suplantassem os resultados. Ou seja, se preparar para guerra com armamentos de cada vez maior alcance significava evitar a guerra.

Ainda segundo Gaddis, “por essa lógica, a irracionalidade era a única forma de manter a racionalidade: uma arma de guerra suprema poderia se transformar no meio pelo qual a guerra permanecesse um instrumento da política” .<sup>66</sup> O autor afirma que

A crise dos mísseis convenceu a todos os envolvidos que as armas criadas pelos dois lados durante a guerra fria representavam para ambos uma ameaça maior do que os Estados Unidos e a União Soviética dignificavam um para o outro.<sup>67</sup>

E, ainda:

A Guerra Fria poderia ter causado uma guerra quente que poderia ter acabado com a vida humana no planeta. Mas porque o *medo* de uma tal guerra terminou sendo maior do que as diferenças que separavam os Estados Unidos e a União Soviética e seus respectivos aliados, agora havia razão para a *esperança* de que ela jamais ocorresse.<sup>68</sup>

A corrida armamentista e a divisão do mundo em zonas de influência foram duas estratégias que americanos e soviéticos utilizaram para se sobressair na bipolaridade. Eles precisavam mostrar que eram mais poderosos que seu adversário. Isso porque cada um defendia uma visão de mundo diferente, e o poder do Estado estava atrelado à eficácia do seu modelo. Assim sendo, a disputa era, principalmente, ideológica. Ideologia é, segundo Martin Seliger,

o conjunto de ideias pelas quais os homens postulam, explicam e justificam os fins e os meios da ação social organizada, e especialmente da ação

---

<sup>65</sup> Ibidem, pp.77

<sup>66</sup> Ibidem, pp.59

<sup>67</sup> Ibidem, pp.75

<sup>68</sup> Ibidem, pp.79

política, qualquer que seja o objetivo desta ação, se preservar, corrigir, extirpar ou reconstruir uma certa ordem social.<sup>69</sup>

Ou seja, ideologia tem a ver com legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante. Apesar disso, uma ideologia não é necessariamente constituída de distorções; ela é a função de uma elocução com seu contexto social.

Isso quer dizer que uma boa ideologia tem tanto elementos empíricos quanto normativos, uma vez que ela deve dar sentido à existência das pessoas.<sup>70</sup> Não faria sentido, por exemplo, uma ideologia que falasse de luta de classes e de dominação do proletariado na Idade Antiga, uma vez que não haveria nenhum elemento empírico que possibilitasse aos indivíduos relacionar o teórico com sua vida prática.

Um dos outros fatores que servem para caracterizar uma ideia como ideologia é o fato de ela ser social. Uma ideia individual que tenha as características acima mas não seja difundida na sociedade não é uma ideologia. Ideologia, por isso, não faz referência apenas a sistemas de crenças, mas a questões de poder. John B. Thompson escreve: “estudar ideologia é estudar os modos pelos quais o significado, ou a significação, contribui para manter as relações de dominação.”<sup>71</sup>

Ideologia, conseqüentemente, está intimamente relacionada às relações de poder. Sobre o poder ideológico, Bobbio afirma que

O poder ideológico se baseia na influência que as ideias formuladas de um certo modo, expressas em certas circunstâncias, por uma pessoa investida de certa autoridade e difundidas mediante certos processos, exercem sobre a conduta dos consociados: deste tipo de condicionamento nasce a importância social que atinge, nos grupos organizados, aqueles que sabem, os sábios, sejam eles os sacerdotes das sociedades arcaicas, sejam os intelectuais ou cientistas das sociedades evoluídas, pois é por eles, pelos valores que difundem ou pelos conhecimentos que comunicam, que se consoma o processo de socialização necessário à coesão e integração do grupo.<sup>72</sup>

Uma ideologia é, portanto, um conjunto de ideias que estrutura as ações de seus seguidores e as direciona para o alvo – que varia de acordo com cada estrutura de ideias. Durante a Guerra Fria, havia a ideologia comunista do lado da URSS, e a capitalista do lado

---

<sup>69</sup> EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Editora UNESP, 1997

<sup>70</sup> Idem, pp.33

<sup>71</sup> Ibidem, pp.20

<sup>72</sup> BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2008.

dos EUA. E essa dicotomia foi essencial não só para a construção do sistema bipolar, como também para sua dissolução.

É mais fácil ver as questões ideológicas da União Soviética porque ela era mais rígida, e também diferente do que a maioria de nós vive hoje. A tendência é considerarmos que o capitalismo era a forma natural e livre, e que o comunismo é a estrutura ideológica e repressora.

Apesar disso, Hobsbawm<sup>73</sup> afirma que o capitalismo era tão ideológico quanto o comunismo. E, ainda, a necessidade de transmitir os valores da ideologia capitalista para o mundo era mais forte do que essa necessidade do lado comunista. O ponto é que capitalistas conseguiram vender a ideia de que seu sistema era melhor internamente; e depois foi mais fácil vendê-la externamente. Segundo Gaddis,

Ambas as ideologias que definiam aqueles dois mundos se destinavam a oferecer esperança: para isto, antes de mais nada, serve uma ideologia. Uma delas, no entanto, para funcionar veio a depender da instalação do medo. A outra não precisava deste recurso. Neste ponto está a assimetria ideológica fundamental da Guerra Fria.<sup>74</sup>

A estratégia capitalista foi de restaurar a autoconfiança (abalada após duas guerras mundiais), a prosperidade e a paz social por meios democráticos. A união do mundo capitalista seria a melhor forma de se opor ao comunismo, e de provar que capitalistas não fazem guerra entre si – o que era a esperança de Lênin e Stalin<sup>75</sup>.

Além disso, o lado capitalista não estava tão preso à estrutura ideológica como os comunistas. Talvez porque fosse difícil até para eles compreender o que exatamente era a ideologia capitalista – o ponto era se opor ao comunismo. Por isso, resultados eram mais importantes do que coerência ideológica. E o pragmatismo capitalista os fez colher frutos mais doces do que aqueles que colheram os comunistas.

Do lado comunista, o apego à estrutura ideológica era muito maior, e o Kremlin suprimia a espontaneidade onde quer que ela aparecesse. Acreditavam que isso poderia por em risco a base de seu governo – que era a ideologia comunista. A liberdade individual e política era reprimida, uma vez que tudo o que estivesse fora da estrutura ideológica era ignorado.

---

<sup>73</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

<sup>74</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, pp.92

<sup>75</sup> Idem, pp.99

Outro ponto importante é que, dentro da ideologia comunista, a queda do capitalismo era clara e estava prevista. Então, tudo o que os líderes fizeram foi levando em conta as incapacidades dos capitalistas de cooperarem entre si. Como o sistema capitalista estava fadado ao fracasso, não havia necessidade de se opor, ou atacá-lo com muita veemência.

As diferenças entre os dois sistemas ficou muito clara na divisão da cidade de Berlim, e capitalistas foram bastante pragmáticos em torná-la uma vitrine para mostrar a superioridade capitalista aos alemães que viviam do lado comunista – a ponto de alemães migrarem para o lado capitalista em massa. Foi por isso, inclusive, que se criou o muro para dividir as duas cidades.

O anseio por liberdade, juntamente com a falta de desenvolvimento econômico, foi o principal motivo que levou a essa migração em massa em Berlim, e em outros países da União Soviética, para Estados capitalistas. Também houve manifestações populares para pedir mais liberdade – e elas foram confrontadas não só na Rússia, como em alguns outros países da URSS.

Para o Kremlin, as petições populares ameaçavam o sistema e a ideologia – que estavam presentes justamente em favor do proletariado. O sistema tinha surgido para deixá-los livres das amarras do capitalismo. Como, então, poderiam eles estar pedindo liberdade? O que é liberdade?

A questão da Liberdade permeia a história desde que se entende haver História. Liberdade envolve diversas áreas, como por exemplo: pública, privada, coletiva e individual. O enfoque aqui será nas definições e desdobramentos da liberdade na área pública, tanto com indivíduos quanto com a coletividade. Considerando o domínio público, não se pode desconsiderar o Estado.

Segundo Hobbes<sup>76</sup>, os homens viviam em um estado de natureza, no qual não havia nenhum ordenamento, e, conseqüentemente, reinava o caos. Como não havia nenhuma estrutura superior que ditasse regras ou ordenasse o comportamento dos indivíduos, pode-se afirmar que eles vivam em liberdade, e o poder estava em suas mãos.

Entretanto, não havia segurança para os indivíduos, e a tendência era que os mais fortes subjugassem os mais fracos<sup>77</sup>, em uma espécie de seleção natural. Os mais fracos, ou

---

<sup>76</sup> HOBBS, Thomas. **Leviatã ; ou, A matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2003

<sup>77</sup> Fortes e fracos não são necessariamente relacionados às habilidades físicas, mas sim ao nível de adaptabilidade, e a fatores que façam com que um indivíduo se sobressaia em um grupo, e consiga controlá-lo.

menos adaptados, tinham menos chances de se sobressair, e de usufruir de sua liberdade. Esse estado de caos, e a relativa falta de liberdade, é conhecido como *estado hobbesiano*.

Com vias a evitar essa subjugação, e manter um nível de igualdade e de equilíbrio, os indivíduos escolheriam, então, abrir mão de parte de sua liberdade e de seu poder, e trasladá-los para um ente superior, chamado por Hobbes de Leviatã<sup>78</sup>, que seria responsável por garantir, primordialmente, a segurança e a ordem. E teria o poder para fazê-lo, uma vez que os indivíduos teriam aberto mão de parte do seu poder em favor do Estado.

Para isso, o Leviatã faria uso de regras e leis que deveriam ser cumpridas – daí a diminuição da liberdade dos indivíduos, e, caso não houvesse o cumprimento, o Leviatã estaria legitimado para usar a força e coagir os dissidentes à obediência. Por isso, Max Weber<sup>79</sup>, alguns séculos depois, afirma que o Estado é o detentor do uso legítimo da força. Segundo Bobbio<sup>80</sup>

O que caracteriza o poder político é a exclusividade do uso da força em relação à totalidade dos grupos que atuam num determinado contexto social, exclusividade que é o resultado de um processo que se desenvolve em toda a sociedade organizada, no sentido da monopolização da posse e uso dos meios com que se pode exercer a coação física. Este processo de monopolização acompanha pari passu o processo de incriminação e punição de todos os atos de violência que não sejam executados por pessoas autorizadas pelos detentores e beneficiários de tal monopólio.<sup>81</sup>

E, ainda:

o poder político (do Estado) se baseia na posse dos instrumentos mediante os quais se exerce a força física (as armas de toda espécie e potência): é o poder coator no sentido mais estrito da palavra.<sup>82</sup>

Fica claro, portanto, que a relação entre Estado e indivíduo é uma relação desigual de subordinação – que foi orquestrada para funcionar em favor dos indivíduos. Como afirma Bobbio, no seu livro *Estado, Democracia e Liberdade*:

<sup>78</sup> HOBBS, Thomas. **Leviatã ; ou, A matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2003

<sup>79</sup> WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963

<sup>80</sup> BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2008.

<sup>81</sup> Idem

<sup>82</sup> Ibidem

O Estado, ou qualquer outra sociedade onde existe uma esfera pública, não importa se total ou parcial, é caracterizado por relações de subordinação entre governantes e governados, ou melhor, entre detentores do poder de comando e destinatários do poder de obediência, que são relações desiguais.<sup>83</sup>

A formulação do Estado, portanto, aconteceu para que a liberdade dos indivíduos fosse assegurada. E, para isso, eles abriram mão de parte de sua liberdade. Parece paradoxal, mas, pelo menos na teoria, funciona muito bem, já que a função do Estado seria o bem-estar dos indivíduos, e ele faria isso assegurando sua liberdade.

Segundo Bobbio, o cenário em que há mais legitimidade por parte do Estado para gerir seus interesses e os dos indivíduos é aquele em que os indivíduos participam da formulação das leis, ou seja, em um Estado cujo governo seja participativo. Ele diz

Neste sistema (participativo), os homens são livres porque sua Liberdade é limitada unicamente por normas em cuja elaboração puderam livremente participar. É só mudar um pouco o acento e Liberdade não significa mais que o Estado precisa ser sensível à vontade dos cidadãos, e sim significa que os cidadãos têm a obrigação de obedecer às normas governamentais, que refletem a vontade da maioria ou a "vontade geral". De acordo com Rousseau, os homens são livres na medida em que, livremente, cumprem esta sua obrigação, ou na medida em que foram "forçados a ser livres". Desta forma, Liberdade diz respeito não mais à possibilidade de agir desta ou daquela maneira, e sim à obrigação de agir da maneira ordenada pela autoridade.<sup>84</sup>

O problema é que, em muitos casos, o Estado não só não defende a liberdade dos indivíduos, como a anula para dar lugar aos seus próprios interesses. É o que acontece em tiranias, ou governos não-representativos ou não-legítimos. É o que aconteceu, por exemplo, em grande escala, nos Estados Comunistas, e em menor escala nos Estados Capitalistas, durante a Guerra Fria.

É preciso definir o que se entende por liberdade para, a partir disso, analisar se funciona ou não a relação na qual, de um lado, os indivíduos abrem mão de sua liberdade em prol do Estado e, do outro, o Estado recebe poder dos indivíduos com vias a assegurar a liberdade e segurança deles.

---

<sup>83</sup> BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2008, pp.15-16

<sup>84</sup> Idem

## 1.4. Liberdade

Segundo John Stuart Mill<sup>85</sup>, na antiguidade, a liberdade era a proteção contra a tirania dos governantes. Naquela época a luta entre liberdade e autoridade era protagonizada por súditos e o governo, respectivamente. De acordo com o sistema da época, o governo se situava em uma posição contrária a dos seus súditos, até porque o poder era passado hereditariamente, e não conquistado sob a aprovação do povo.

Com o tempo essa concepção de autoridade foi mudando, até as pessoas definirem que há um limite para a interferência do Estado na vida privada da população, e esse limite deve ser estabelecido para dar liberdade ao povo e evitar que o governo se torne despótico.

Já segundo Hannah Arendt, a questão da liberdade contra a tirania é a única causa que subsiste e mantém sua relevância ao longo dos anos e com o passar dos acontecimentos. Para a autora, a busca pela liberdade é o que rege as revoltas e revoluções; para que uma revolução seja bem sucedida, é preciso que os ganhos de liberdade sejam consolidados, em sua maioria por meio de instrumentos legais, do contrário, a agitação é caracterizada apenas como uma revolta.<sup>86</sup> Como se define, então, liberdade? E o que se caracteriza como ganhos de liberdade?

John Stuart Mill define liberdade social como a natureza e os limites do poder que a sociedade pode exercer com legitimidade sobre o indivíduo.<sup>87</sup> Na Grécia e Roma antigas, a luta entre liberdade e autoridade era a característica mais visível. À época, a disputa se dava entre súditos e governo. A liberdade era a proteção contra a tirania dos governantes políticos.

O governo era visto como antagônico em relação aos governados. O poder era considerado perigoso; hereditário e ninguém se atrevia a contestá-lo. Entretanto, o poder dos governantes era considerado necessário, mesmo que reduzisse a liberdade dos súditos, pois era a proteção contra ameaças externas.

O poder dos governantes protegia os súditos dos mais fortes, e por isso o povo abria mão de parte de sua liberdade, e faziam isso livremente. No entanto, o poder cedido aos governantes era tão grande que era necessária uma perpétua atitude de defesa.<sup>88</sup> Ao mesmo tempo que os governantes os protegiam, os apavoravam.

A liberdade era uma forma de proteção, pois estabelecia os limites de poder que o governante podia exercer sobre a comunidade. Essa limitação podia ser de duas formas: a

---

<sup>85</sup> MILL, John Stuart. **Ensaio sobre a liberdade**. Lisboa: Arcádia, 1964.

<sup>86</sup> ARENDT, Hannah. **Da revolução**. 2. ed. Brasília : Ática, 1990.

<sup>87</sup> MILL, John Stuart. **Ensaio sobre a liberdade**. Lisboa: Arcádia, 1964

<sup>88</sup> Idem, pp.10

primeira seria o reconhecimento de direitos políticos, que funcionariam como uma espécie de imunidade e cuja infração por parte dos governantes seria considerada uma falta aos seus deveres e justificaria rebeliões; a segunda, posterior, seria o estabelecimento de controles constitucionais por meio dos quais o consentimento da comunidade ou de algum ente que a representasse seria condição necessária para algumas ações mais importantes do poder do governante. Essa segunda opção serviria como uma espécie de *checks and balances*.<sup>89</sup>

Na maioria dos países da Europa, os governantes foram obrigados a se submeter à primeira forma de controle, e não à segunda. O principal objetivo daqueles que almejavam a liberdade, então, tornou-se atingi-la.

E enquanto a humanidade se contentou em combater um inimigo e em ser governada por um senhor, sob a condição de estar protegida eficazmente contra a tirania, as aspirações dos amantes da liberdade não foram mais longe que isso.<sup>90</sup>

Após esse período, percebeu-se que a limitação do poder do governo sobre os indivíduos não perde relevância quando os detentores do poder tem que prestar contas à comunidade.<sup>91</sup> Como a prestação de contas era feita aos setores mais relevantes e às classes mais altas da sociedade, a nova ferramenta de controle não teve dificuldades de se instalar. Havia, agora, além da necessidade de se proteger contra o despotismo dos governantes, a necessidade de se proteger contra a tirania da maioria.

A sociedade também cerceia liberdade dos indivíduos, e o faz sob forma coletiva sobre os diferentes indivíduos que a compõe. A sociedade impõe, por meios além das penalidades civis, suas regras e práticas como meio de conduta àqueles que discordam, com vias a evitar a formação de qualquer individualidade que não esteja harmoniosa com o modo de agir da maioria. Achar o limite para a interferência legítima da opinião coletiva na independência individual é tão importante quanto controlar o poder despótico para que haja liberdade.

Stuart Mill também critica a omissão dos governantes quando da ação da tirania da maioria. Ele afirma que

tem se ocupado da investigação das coisas de que a sociedade deve ou não gostar, em vez de questionarem se os gostos e aversões da mesma deveriam constituir uma lei imposta aos indivíduos. [...] Quando o sentimento da

---

<sup>89</sup> Ibidem, pp.10

<sup>90</sup> Ibidem, pp.10

<sup>91</sup> Ibidem, pp.12

maioria ainda é genuíno e intenso, o desejo de impor obediência encontra-se muito pouco diminuído.<sup>92</sup>

Liberdade, então, é a opção que os indivíduos têm de fazer o que bem entenderem, sem coerção de poder dos governantes e nem da sociedade. A única exceção legítima dessa premissa é a interferência na liberdade de alguém para evitar que os outros sejam prejudicados.<sup>93</sup> Do contrário, “o individuo é soberano sobre si próprio, sobre seu corpo e espírito.”<sup>94</sup>

A liberdade portanto, abrange a liberdade de consciência; liberdade de pensamento e sentimento; liberdade absoluta de opinião e sentimentos a respeito de todos os assuntos; e a liberdade de expressar ou publicar opiniões. Em segundo lugar, abrange liberdade de gostos e interesses; liberdade de fazer o que quiser sem estar sujeito à impedimentos por parte dos outros seres humanos, desde que o que for feito não os prejudique. Em terceiro lugar está a liberdade de associação entre indivíduos, liberdade de se unirem livremente para qualquer finalidade desde que não envolva danos a outrem. Ademais, liberdade também não depende da forma de governo.<sup>95</sup> Segundo Mill:

Nenhuma sociedade em que estas liberdades não são, no seu todo, respeitadas, é livre, qualquer que seja a sua forma de governo; e nenhuma é completamente livre se elas não forem absolutas e ilimitadas. [...] Os homens têm mais a ganhar se tolerarem que cada um viva como lhe parece melhor do que se obrigarem outros a viver como os restantes acham que o devem fazer.<sup>96</sup>

A importância da liberdade se dá, também, porque ela assegura a individualidade. Quando falta a individualidade, falta um dos principais ingredientes de liberdade humana e o principal ingrediente do processo individual e social.<sup>97</sup> Sem individualidade, não há espontaneidade. Sem espontaneidade não há revolução. Ainda,

as faculdades humanas de percepção, juízo, sentido discriminativo, atividade mental e até mesmo preferencia moral são exercidas apenas quando se faz uma escolha. A quem faz qualquer coisa porque é costume fazê-lo, não efetua qualquer escolha.<sup>98</sup>

<sup>92</sup> Ibidem, pp.15

<sup>93</sup> Ibidem, pp.17

<sup>94</sup> Ibidem, pp.17

<sup>95</sup> Ibidem

<sup>96</sup> Ibidem, pp.32

<sup>97</sup> Ibidem, pp.60

<sup>98</sup> Ibidem, pp.61

O poder do déspota não produz efeitos tão devastadores desde que exista individualidade. Da mesma forma, tudo o que esmaga a individualidade é despotismo. Não obstante, apesar da importância e necessidade que se pode atribuir à individualidade, o fato de se viver em sociedade torna indispensável que o indivíduo seja obrigado a seguir uma determinada linha de conduta em relação aos demais.<sup>99</sup>

Essa linha de conduta consiste em não se lesar os interesses dos outros, e que cada indivíduo deve suportar a sua parte dos esforços e sacrifícios necessários para defender a sociedade e seus membros de quaisquer danos e ataques.<sup>100</sup>

Ademais, há alguns limites para a individualidade. O mais evidente é o mesmo que existe para a liberdade, qual seja: não poder imiscuir-se na individualidade do próximo; e o segundo está relacionado com o exemplo. Segundo Mill,

se uma pessoa não faz diretamente mal a ninguém com seus vícios ou loucuras, ela é, mesmo assim (poderá dizer-se), prejudicial pelo seu exemplo; e devia ser obrigada a controlar-se, para bem daqueles cuja observação ou conhecimento de sua conduta poderá corromper ou desencaminhá-la.<sup>101</sup>

A visão de liberdade de Stuart Mill pode ser resumida em: a única razão pela qual o poder pode ser exercido sobre qualquer membro de uma comunidade civilizada contra a sua vontade é impedir que cause mal aos outros. Ninguém pode ser compelido a fazer ou desejar de fazer porque, na opinião dos outros, fazer ou deixar de fazer não seja sábio nem correto; e se encaixa no conceito de liberdade negativa de Isaiah Berlin.<sup>102</sup> Para Berlin, liberdade negativa é a ausência de impedimento à ação do indivíduo, e de constrangimento à ação individual. Já a liberdade positiva é a presença de condições para que os homens ajam de modo a atingir seus objetivos.

Isaiah Berlin entende a liberdade negativa como a liberdade anterior à lei, da pura consciência da autonomia do indivíduo e de sua aspiração pela autodeterminação.<sup>103</sup> Enquanto a liberdade positiva é a liberdade posterior à lei, resultante da organização da polis – que se encaixa mais no conceito de individualidade de Mill.

---

<sup>99</sup> Ibidem, pp.77

<sup>100</sup> Ibidem, pp.77

<sup>101</sup> Ibidem, pp.82

<sup>102</sup> BERLIN ISAIAH Sir., **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1981.

<sup>103</sup> Idem

Há, portanto, duas máximas sobre a liberdade, e são elas: o indivíduo não é responsável pelos seus atos perante a sociedade, desde que esses não digam respeito a ninguém a não ser ele próprio; e o indivíduo é responsável pelos atos que são prejudiciais aos interesses de outrem, podendo ser punido por eles. A partir dessas duas máximas, pode se analisar os casos de levantes sociais em Praga e em Paris, no ano de 1968.

## 2. Les étudiants en colère

### 2.1 Considerações Gerais

As revoltas de Maio de 1968 em Paris tiveram repercussão mundial. O movimento começou com pequenas insatisfações dos estudantes da Universidade de Nanterre e se transformou na maior greve geral do século XX no país, culminando no esgotamento das forças do general De Gaulle – no poder desde 1958 –, que se retirou do cenário político pouco depois dos eventos de 68.

Como afirma Marcelo Ridenti, “os sentimentos e as práticas de rebeldia contra a ordem e de revolução por uma nova ordem fundiam-se criativamente”<sup>104</sup>. O sentimento de revolta era geral. Tanto quanto sentimento de revolta, sentia-se necessidade de mudança. A necessidade era de liberdade. E, quanto mais liberdade se tem, mais liberdade se quer.

A revolta começou com os estudantes, sem grandes reivindicações políticas ou econômicas. O que a fez tomar corpo foi a união com os trabalhadores. A revolta dos alunos rompeu a fronteira dos campi universitários e encontrou um grupo que também tinha reivindicações. Apesar de serem pretensões diferentes, a insatisfação os uniu.

Diversas são as opiniões sobre o resultado das revoltas, e não há consenso sobre a definição do movimento: revolta social ou insatisfação efêmera de um pequeno grupo? De fato, não se pode saber se os objetivos dos revoltosos foram atingidos uma vez que tais objetivos não haviam sido claramente definidos. Em Paris, estudantes, trabalhadores e militantes políticos não conseguiram estabelecer pontos comuns de suas insatisfações.

No entanto, essa solidariedade entre estudantes e trabalhadores nas ruas não significou a constituição de um comando organizado das duas frentes ou de um comando único. Isso porque a insurreição estudantil, espontânea e combativa, não tinha proposta de organização política e sindical – ao contrário, uma característica do maio universitário era a recusa a qualquer organização, apesar dos esforços dos grupos de vanguarda trotskistas e maoístas. Naquele momento, tratava-se mais de negar os valores e a ordem estabelecidos do que propor qualquer alternativa concreta.<sup>105</sup>

A falta de objetivos claros, entretanto, não atrapalhou o desenvolvimento e a importância do movimento. A mobilização dos três grupos atingiu sociedade, governo e

---

<sup>104</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 2 v, pp.136

<sup>105</sup> Idem, pp.144-145

comunidade internacional. O ano de 68 foi marcado por mobilizações ao redor de todo mundo, e é conveniente que as de Paris recebam uma observação mais minuciosa, considerando que sua repercussão ultrapassou as fronteiras da Europa e alcançou outros continentes. A globalização e a mídia, já àquela época, foram fatores essenciais para isso. Imagens de estudantes revoltosos no *Quartier Latin* eram veiculadas mundo afora, despertando interesse e curiosidade de outros jovens também insatisfeitos com suas realidades.<sup>106</sup>

Primeiramente, é preciso analisar os fatos da França do pós-guerra até 1968. Em seguida, os fatos da revolta serão analisados. E em terceiro lugar, a análise dos acontecimentos.

## 2.2 A França no pós-guerra

Após 1945, a população ansiava por progresso e renovação social, apesar de todos saberem que não seria possível voltar às condições de 1939.<sup>107</sup> Ao contrário da Primeira Guerra Mundial, que gerou politização e radicalização, a guerra seguinte provocou um profundo desejo de normalidade.<sup>108</sup> O interesse maior era na previsibilidade e confiabilidade das instituições políticas estáveis e conhecidas. Ninguém queria repetir os erros do período entre-guerras.

Os primeiros anos após a Segunda Guerra foram anos de austeridade, pois os gastos com o conflito haviam extrapolado, em muito, o orçamento dos envolvidos. Na França, não havia mercados de capitais privados, e todos os investimentos vultosos tinham que ser financiados pelo Estado. A maior parte da receita, portanto, ia para investimentos de capital em grandes indústrias, em detrimento de investimentos em consumo doméstico, habitação e serviços.<sup>109</sup>

Essas medidas austeras incitaram o surgimento de pensamentos e simpatia ao comunismo na população, pois, para grande parte da geração de 1945, “um equilíbrio praticável entre liberdades políticas e a função distributiva correta e racional do Estado gestor

---

<sup>106</sup> THIOLENT, Michel. **Maió de 1968 em Paris: testemunho de um estudante**. In.: Tempo Social; Rev. Socio. USP São Paulo, 10(2): 63-100, outubro de 1998.

<sup>107</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>108</sup> Idem, pp.96

<sup>109</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 2 v, pp.86

era o único caminho para sair do abismo.”<sup>110</sup> E o interesse popular em questões políticas cresceu bastante no período – por isso o pensamento da geração de 45 era tão importante para os partidos e líderes políticos.

E já em 1947, a França estava ameaçada por greves e por manifestações violentas de protesto. Também houve o crescimento do Partido Comunista.<sup>111</sup> Segundo Daniel Aarão Reis Filho,

Os partidos políticos que emergiram no pós-guerra iriam sofrer a influência desses movimentos de opinião pública [...], bem como no tocante à situação das colônias. Tratava-se de uma divisão social interna profunda que marcaria a evolução dos partidos, sobretudo os de esquerda, com larga margem de prestígio para os partidos comunistas, como ocorreu na França, na Bélgica, na Holanda, na Grécia, na Iugoslávia.<sup>112</sup>

De fato, o partido comunista na França recebeu um número muito grande de filiações nesse período. Até 47, 907 mil homens e mulheres haviam ingressado no Partido Comunista Francês.<sup>113</sup> Além disso, a França passou por uma grande reconstrução política no pós-guerra. A vida política definiu-se ao redor dos partidos Comunista, Socialista e o Movimento Republicano Popular (democrata-cristão).<sup>114</sup> A divisão dos partidos na Assembleia é relevante pois a constituição de 1946 (IV República) estabelecia um poder executivo frágil em benefício do legislativo.

No que tange à relação entre Partidos Políticos, até o final dos anos 50, uma aliança entre socialistas e democratas-cristãos concedeu à França papel de destaque em questões de integração e cooperação internacionais. Entretanto, os problemas coloniais abalaram profundamente o país. A França se mostrou diplomaticamente incompetente no Vietnã e na Argélia, falhando nas negociações, o que resultou em fortes derrotas militares.<sup>115</sup>

Apesar do avanço da economia com o Estado Previdenciário, a política externa desastrosa na Argélia e a pressão dos militares em manter a colônia desgastaram completamente a IV República, na qual o poder era descentralizado e estava muito mais a

<sup>110</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 2 v, pp.86

<sup>111</sup> Idem

<sup>112</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v, pp.43

<sup>113</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 102

<sup>114</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 2 v, pp.190

<sup>115</sup> Idem, pp.191

cargo da assembleia do que do presidente.<sup>116</sup> A crise gerada pela guerra da Argélia acabou reconduzindo a centro-direita ao poder em junho de 1958, sob o comando do general De Gaulle, líder carismático que comandara a resistência no exterior durante a Segunda Guerra Mundial. À época, o novo governo foi visto como “salvação nacional”.<sup>117</sup>

A partir de 1958, período que se convencionou chamar de Quinta República, o poder executivo ganha força com a entrada em vigor da nova Constituição, que dava poderes maiores ao presidente em prol do poder legislativo. Ele poderia, por exemplo, nomear o chefe do governo, dissolver a Assembleia Nacional, usar poderes excepcionais em crises, e apelar diretamente aos eleitores via plebiscito.<sup>118</sup> De Gaulle comandaria a França com pulso firme e sem maiores problemas até 1968.<sup>119</sup>

No início da década de 50 o governo francês, assim como alguns outros da Europa, percebeu que as medidas de austeridade não poderiam se manter. Havia temor em se repetir os erros do período entre-guerras, considerados motivos do surgimento dos regimes de extrema direita que desencadearam a Segunda Guerra. Por isso, surgiu o Estado Previdenciário Europeu. A partir desse momento, “Havia bastante consenso de que as condições físicas e morais dos cidadãos eram assunto de interesse comum, e, portanto, responsabilidade do Estado.”<sup>120</sup>

Ainda no que diz respeito ao Estado Previdenciário, uma das medidas mais tangíveis de sua eficácia é o fato de o poder de compra da população da Europa Ocidental ter quase triplicado na década de 60.<sup>121</sup> Ou seja, todos, independentemente da orientação política, foram beneficiados com o Estado de bem-estar social. Segundo Tony Judt

A fé no Estado – enquanto planejador, coordenador, facilitador, árbitro, provedor, zelador e guardião – era onipresente e perpassava quase todas as fronteiras políticas. O Estado previdenciário era declaradamente social, mas estava longe de ser socialista. Nesse sentido, o capitalismo previdenciário, conforme se desdobrou na Europa Ocidental, foi verdadeiramente pós-ideológico.<sup>122</sup>

---

<sup>116</sup> Ibidem

<sup>117</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v.

<sup>118</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.240

<sup>119</sup> Idem, pp. 143

<sup>120</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v., pp.86

<sup>121</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.345

<sup>122</sup> Idem, pp.369

O desenvolvimento do Estado Previdenciário na Europa, portanto, reduziu as disputas entre os partidos e sua influência na sociedade, uma vez que não havia ideologia clara que guiasse seu método de ação, e, mesmo assim, foi uma forma de administração benéfica à sociedade.

Mais do que nunca, as pessoas demonstravam interesse direto pela política e pelos gastos do Estado, mas já não se atracavam para decidir quem deveria controlá-lo [...]. Política cedia espaço a governo, e governo, cada vez mais, se restringia à administração.<sup>123</sup>

As maiores consequência do Estado de bem-estar social na Europa, portanto, foram a diminuição da presença dos partidos no cenário político, e a redução das disputas ideológicas oriundas da diversidade de partidos que antes se apresentavam na arena política francesa.

A segunda maior consequência foi que se tornou dever do Estado cumprir a promessa de construir uma sociedade cada vez melhor. Ao contrário do que se pode imaginar, as melhorias na sociedade não geraram apatia no povo. E antigas preocupações e disputas em relação à questões de ideologia e partidos políticos se converteram em atenção e interesse pelas ações do Estado.

Considerava-se falha do Estado quando as tentativas de melhora não davam certo, e esse é o embrião das insatisfações geradoras das revoltadas de Maio de 1968. Ainda, segundo Judt,

A aparente rotinização da entrega dos interesses públicos nas mãos de uma casta complacente não conseguiu garantir a apatia do povo. [...] Portanto, a geração que atingiu a maioria no paraíso social democrata sonhado pelos seus pais agora se limitava e se ressentia das limitações desse mesmo paraíso.<sup>124</sup>

Para qualquer um nascido no pós-guerra, o Estado de bem-estar social era a única forma que se conhecia de Estado. Não havia comparação com o período da Guerra ou de austeridade do pós-guerra, como acontecia com os mais velhos. A geração do pós-guerra não conseguia reconhecer que o Estado Previdenciário era o melhor que se tinha chegado até ali. Ao contrário, consideravam o que lhes era oferecido como o mínimo a ser oferecido pelos Estados.

---

<sup>123</sup> Ibidem, pp.390

<sup>124</sup> Ibidem, pp.391

Além de ser uma geração tendente à insatisfação, a geração do pós-guerra era muito numerosa na Europa. A explosão demográfica no período foi muito significativa. “Em 1949, nasceram 896 mil crianças na França, contra apenas 612 mil em 1939.”<sup>125</sup> E uma das maiores dificuldades decorrentes desse boom demográfico foi onde iriam estudar essas novas crianças.

O Governo Francês construiu escolas primárias e *lycées* (escolas de ensino médio) às pressas, e sem muita qualidade, para recebê-las. Ademais, havia a exigência, por parte do mercado, de mão-de-obra qualificada e que soubesse lidar com novas tecnologias. Essa necessidade também incentivou a universalização da alfabetização e do estudo.<sup>126</sup>

O mesmo aconteceu quando elas atingiram a idade de entrar na universidade: a falta de estrutura do governo em receber esse excedente repentino era notável. As classes das universidades existentes recebiam quase o dobro de alunos que seu tamanho comportava. Algumas universidades receberam verdadeiros “puxadinhos”, tanto para as salas de aula quanto para os dormitórios dos alunos. Esse inchaço das universidades, e também dos *lycées*, gerou descontentamento tanto em alunos quanto em professores – tanto que, no início da revolta dos estudantes, alguns professores se solidarizaram com a causa.<sup>127</sup> “Gerações mais conscientes, críticas, exigentes e mais bem instrumentalizadas surgiram deste processo.”<sup>128</sup>

Outra consequência da explosão demográfica no pós-guerra foi que os jovens entraram em um mundo onde, pela primeira vez, havia mais indivíduos da mesma idade que a sua do que senhores mais velhos.<sup>129</sup> Imagine o sentimento de jovens ao perceberem que eram muito mais numerosos do que seus pais e avós. O imaginário coletivo era de que eles eram o grupo mais poderoso da sociedade, e havia forte reconhecimento entre eles – eles se viam em seus pares, e se solidarizavam uns pelos outros.<sup>130</sup>

Por último, um dos fatores mais claros da França no período pós-guerra-1968 eram as diferenças de pensamento entre os jovens e as gerações anteriores (seus pais e avós). Os jovens criticavam costumes e valores de seus antecessores. Sessenta e oito, além de um conflito de classes, foi um conflito de gerações. Sendo maioria, os jovens não se sentiam representados nem por seus pais nem pelos políticos. Lefebvre afirma que “O drama coletivo

<sup>125</sup> Ibidem, pp.338

<sup>126</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 2 v., pp.245

<sup>127</sup> SOARES, Maria Lucia de Amorim, e PERTANELLA, Leandro. **1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial**. Avaliação (Campinas), Jul 2009, vol.14, no.2, pp.337-350.

<sup>128</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 2 v., pp.245

<sup>129</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>130</sup> Idem

que se desenvolve de modo espetacular no *Quartier Latin* foi precedido, sem dúvida, por milhares de dramas individuais ocultos: o choque na família entre o filho e o pai.”<sup>131</sup> E, ainda, Tony Judt,

O espaço que separava uma geração numerosa, próspera, mimada, autoconfiante e culturalmente autônoma da geração anterior – reduzida, insegura, temerosa da Depressão e devastada pela guerra – era maior do que a distância habitual entre as faixas etárias. No mínimo, muitos jovens achavam que tinham nascido numa sociedade que relutava em se transformar – em transformar os próprios valores, o próprio estilo, as próprias normas – de maneira concreta e de acordo com a vontade deles. A música popular, o cinema e a televisão estavam repletos de jovens, e a cada vez mais visavam ao público e ao mercado jovem. Já em 1965, havia programas de rádio e TV, revistas, lojas, produtos e indústrias inteira e exclusivamente voltadas para os jovens, e dependentes do apoio da juventude.<sup>132</sup>

Havia também a solidariedade com colegas da mesma idade que apenas trabalhavam em fábricas francesas. A maioria deles apenas trabalhava; os que tinham condições de estudar e abrir mão do salário eram poucos. Ainda assim, os jovens de classe média-alta compreendiam que as condições de trabalho de seus colegas trabalhadores não eram ideais. Ao mesmo tempo que os trabalhadores entenderam que poderiam se juntar à revolta dos estudantes para fazer valer suas reivindicações.<sup>133</sup> Daniel Aarão Reis Filho sintetiza bem os principais motivos das revoltas de 1968:

Exigia-se o arejamento geral do mundo acadêmico. Mas criticavam-se, também, as contradições de uma sociedade que começava a ter problemas sociais crescentes, além da burocratização, massificação, despersonalização e alienação. Secundaristas e universitários clamaram como uma geração que buscasse seu espaço; mas muito mais gritaram contra o legado que estavam recebendo das gerações anteriores: o imperialismo, o napalm e a bomba atômica, [...]. O paradoxo é que a radicalização era de setores que, em tese, viviam muito melhor que a geração anterior e exigiam, além da qualidade material, mais qualidade de vida.<sup>134</sup>

<sup>131</sup> SOARES, Maria Lucia de Amorim, e PERTANELLA, Leandro. **1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial**. Avaliação (Campinas), Jul 2009, vol.14, no.2, pp.337-350.

<sup>132</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.400

<sup>133</sup> Idem

<sup>134</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 2 v, pp.245

### 2.3 Os fatos

Os eventos de 1968 tiveram início no final de 1967 em Nanterre, subúrbio parisiense que recebeu uma das universidades construídas às pressas. As residências estudantis da universidade eram gratuitas e pouco fiscalizadas. Havia uma população flutuante de estudantes, “penetras” e inclusive alguns traficantes de drogas, além de intensa movimentação noturna entre os dormitórios masculino e feminino.<sup>135</sup>

Apesar da administração da universidade tentar evitar problemas, em janeiro de 1968 um aluno foi expulso por ter insultado um ministro do governo que visitava o local. O aluno era Daniel Cohn-Bendit. Em 22 de março, outros alunos radicais atacaram o prédio da American Express no centro de Paris e foram detidos. Criou-se um grupo de revoltosos, cujo líder era Cohn-Bendit.

Duas semanas mais tarde, a Universidade de Nanterre foi fechada, e o movimento foi transferido para a Universidade de Sorbonne, no centro de Paris. A chegada dos estudantes de Nanterre ao *Quartier Latin*, em 3 de maio, marcou a politização do movimento. Havia bandeiras vermelhas e negras na Velha Sorbonne. Nesse momento, criou-se o lema da revolta: “É proibido proibir, Lei de 10 de maio de 1968.”, contestando as informações oficiais que diziam “É proibido colocar cartazes, lei de 29 de junho de 1881.”<sup>136</sup>

O ambiente era de estudantes revoltados com a forma teórica de ensino, com a distância entre professores e alunos, e com a falta de aplicabilidade do que era ensinado. Afirmavam que os currículos eram engessados, além de muito antigos e pouco adaptados às mudanças sociais. Era um ensino esclerosado e anacrônico.<sup>137</sup> Segundo Lucien Goldman, “o movimento se opunha às hierarquias, às burocracias, e à tecnociência: são a favor da espontaneidade e da livre discussão”.<sup>138</sup>

Questionavam a forma pela qual o conteúdo era apresentado: matérias fragmentadas, ausência de visão de síntese, predominância da abstração, e não abertura em relação às ideias e teorias novas; o modo como os cursos eram ministrados: cursos magistrais, sem abertura

<sup>135</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.400

<sup>136</sup> \_\_\_\_\_. **Paris, maio de 68 - Solidarity**. São Paulo, Conrad Editora do Brasil S. A., Coleção Baderna, 2003, pp. 10

<sup>137</sup> SOARES, Maria Lucia de Amorim, e PERTANELLA, Leandro. **1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial**. Avaliação (Campinas), Jul 2009, vol.14, no.2, pp.4

<sup>138</sup> SOARES, Maria Lucia de Amorim, e PERTANELLA, Leandro. **1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial**. Avaliação (Campinas), Jul 2009, vol.14, no.2, pp.5

para participação e questionamentos dos alunos; e o direcionamento da Universidade: toda importância colocada na carreira, nos diplomas, na preparação para o exame, e indiferença dos professores àquilo que seria seu “papel pedagógico”<sup>139</sup>; as formas de cobrança de conteúdos: eram meros repetidores de informações decoradas, e queriam ter liberdade para opinar, ser “seres pensantes”.<sup>140</sup> Por último, questionavam a uniformização do conteúdo – era o mesmo para toda a França, o que os estudantes consideravam um vestígio da era napoleônica.<sup>141</sup>

Inicialmente, Sorbonne e o *Quartier Latin* foram o quartel general da revolta. Ali, universitários, secundaristas, trabalhadores, ativistas políticos, e qualquer um que não fizesse parte desses grupos mas tivesse interesse na revolta, encontravam-se para discutir as causas, reivindicações e linhas de ação.

Particularmente, o que considero mais interessante em todos os acontecimentos de maio de 68 é os franceses discutirem a revolta ao mesmo tempo que a realizavam. Diversas fontes afirmam que haviam fóruns de debate na Sorbonne todos os dias, em horários variados, para que todos os interessados pudessem participar. As discussões eram frequentadas por Henri Lefebvre, Gilbert Matthieu, Lucien Goldman, Serge Jonas, Jacques Berquer, entre outros.<sup>142</sup> As reuniões foram intituladas de “Universidade Popular”. Segundo Celeste Badaró,

os debates eram semanais, organizados em função de temas definidos com antecedência e anunciados na rua por meio de cartazes, jornais murais e serigrafia produzidos no ateliê de um artesão ceramista. A organização era mínima durante o verão e baseada no voluntariado. Depois de um período de dificuldades iniciais, o trabalho da Universidade Popular tornou-se produtivo. Pela primeira vez, em julho e agosto, os estudos estavam relacionados com a prática externa, com trabalhadores reais.<sup>143</sup>

Em grupo de discussão realizado em 11 de junho de 1968, ficou claro que os estudantes lutavam contra a dupla estrutura da universidade e seu caráter classista. Eles defendiam a questão global da cultura e ensino, de seu conteúdo e de sua transmissão social e

<sup>139</sup> Idem, pp.4

<sup>140</sup> THIOLENT, Michel. **Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante**. Tempo Social; Rev. Socio. USP S. Paulo, 10(2): 63-100, outubro de 1998.

<sup>141</sup> SOARES, Maria Lucia de Amorim, e PERTANELLA, Leandro. **1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial**. Avaliação (Campinas), Jul 2009, vol.14, no.2, pp.4

<sup>142</sup> Idem

<sup>143</sup> BADARÓ, Celeste Cristina Machado. **Os quarenta anos do Maio de 1968**. Conjuntura Internacional, PUC Minas, 2008, pp.12

pedagógica.<sup>144</sup> Desse modo, se colocavam entre o sistema humanista clássico e as ideologias liberais, e o sistema tecnocrata que se instalou visando adaptar a formação universitária à pesquisa e as necessidades da indústria e formar os quadros da produção.<sup>145</sup>

Segundo Maria Lúcia de Amorim Soares, uma das frases emblemáticas surgidas nesses debates foi: “O objetivo da universidade atual é memorizar uma cultura morta dentro de um sistema de remoto paternalismo, isto é, a universidade segue a imagem do Estado burguês.”<sup>146</sup>

Ao mesmo tempo que os estudantes ocupavam a Sorbonne, também ocupavam o Centre Censier – a nova faculdade de letras da Universidade de Paris. A ocupação do Censier chamou menos atenção do que a da Sorbonne. Entretanto, provou ser tão significativa quanto aquela. Enquanto Sorbonne era a vitrine da Paris Revolucionária, o Censier era seu motor, o lugar onde as coisas realmente eram feitas.<sup>147</sup> “Enquanto alguns discutiam até tarde da noite na Sorbonne, outros iam cedo para cama, para poderem distribuir panfletos pela manhã nos portões das fábricas e na periferia.”<sup>148</sup>

No dia 03 de maio, quando os estudantes de Nanterre chegaram à Sorbonne, a polícia invadiu a universidade. Muitos estudantes foram presos, espancados, e alguns foram sumariamente condenados.<sup>149</sup> Essa solução “burocrática” para o descontentamento estudantil provocou uma reação em cadeia. Os estudantes agora possuíam motivo para uma ação futura, além de um objetivo tangível – a retomada da Sorbonne. Eles, então, tomaram as ruas e reivindicaram a libertação de seus companheiros, a retomada da universidade e a remoção das forças policiais.<sup>150</sup>

No dia 10 de maio, os revoltosos resolveram ocupar o *Quartier Latin*, mas 15 mil estudantes são impedidos de entrar pela polícia. Mesmo assim, resolvem ocupar o bairro e enfrentam as forças policiais. A batalha dura mais de quatro horas, estudantes levantam barricadas e alvejam policiais com pedras.<sup>151</sup> A ação da polícia e a violência do combate

<sup>144</sup> SOARES, Maria Lucia de Amorim, e PERTANELLA, Leandro. **1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial**. Avaliação (Campinas), Jul 2009, vol.14, no.2.

<sup>145</sup> Idem

<sup>146</sup> Ibidem, pp.9

<sup>147</sup> \_\_\_\_\_. **Paris, maio de 68 - Solidarity**. São Paulo, Conrad Editora do Brasil S. A., Coleção Baderna, 2003, pp.63

<sup>148</sup> Idem

<sup>149</sup> Ibidem, pp.13

<sup>150</sup> Ibidem, pp.13

<sup>151</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

incendeia a França. Os estudantes ocupam todas as universidades, são marcadas várias passeatas de apoio à causa e enfrentamento com a polícia.<sup>152</sup>

Com tanta repercussão, o governo voltou a trás e decidiu liberar todo *Quartier* e a Sorbonne, no dia 13 de maio. Imediatamente, os estudantes voltam a ocupar a universidade e montam barricadas para defendê-la, inspirados nos moldes da tradição revolucionária francesa. Forma-se uma comuna estudantil no bairro, sem que se destaquem líderes. O clima era de total liberdade e de recusa em relação à ordem estabelecida e às instituições – inclusive aos partidos de esquerda consolidados, notadamente, o Partido Comunista Francês.<sup>153</sup>

As discussões e a produção de panfletos volta à todo vapor. A comunicação difusa dos eventos estabeleceu uma ligação entre o mundo universitário e o mundo dos trabalhadores, que antes estavam totalmente separados.<sup>154</sup>

A repercussão da ação dos estudantes foi comentada por toda Paris. Segundo Jorge Cunha Lima, em entrevista, “Naqueles dias, Paris se transformou. A sociedade burguesa virou um foyer de discussões. Sobre tudo e sobre cada um. Uma catarse coletiva, entre tiros de festim [...] e intensa discussão política.”<sup>155</sup>

Na Rua Gay-Lussac, em 12 de maio, estudantes estabeleceram uma barricada para se defender da polícia. O local era uma construção em andamento, e havia uma broca pneumática.<sup>156</sup> Os estudantes não souberam utilizá-la, mas um jovem operário da construção que passava pelo local os ajudou e mostrou como utilizar a máquina. Esse talvez tenha sido o primeiro trabalhador a apoiar a revolta dos estudantes.<sup>157</sup> Uma vez em funcionamento, os paralelepípedos extraídos da superfície da rua serviram como defesa aos ataques policiais.<sup>158</sup>

No dia 13 de maio começou a greve dos funcionários da maior fábrica da Renault, localizada em Boulogne Billancourt. Relatos afirmam que uma multidão começou a se formar às 6h15 da manhã na avenida Yves Kermen, nos arredores de Paris. As principais centrais sindicais haviam convocado um dia de greve geral. Eles protestavam contra a repressão

---

<sup>152</sup> Idem

<sup>153</sup> Ibidem

<sup>154</sup> THIOLENT, Michel. **Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante**. Tempo Social; Rev. Socio. USP S. Paulo, 10(2): 63-100, outubro de 1998, pp.8

<sup>155</sup> CARDOSO, FH. GRAEFF, EP., org. **Perspectivas: Fernando Henrique Cardoso: ideias e atuação política** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp.51

<sup>156</sup> \_\_\_\_\_. **Paris, maio de 68 - Solidarity**. São Paulo, Conrad Editora do Brasil S. A., Coleção Baderna, 2003, pp.11

<sup>157</sup> Idem

<sup>158</sup> Ibidem

policial no *Quartier Latin* e pelas reivindicações trabalhistas: salários, jornada, idade de aposentadoria e direitos dos sindicatos nas fábricas.<sup>159</sup>

É interessante notar que menos de 25% dos trabalhadores da fábrica pertenciam a algum sindicato. E essa era a maior fábrica de carros da Europa. Apesar disso, os militantes sindicalistas tentavam convencer os trabalhadores a se unirem à greve geral. O discurso era que

A CRS (Compagnies Républicains de Sécurité) recentemente atacou agricultores em Quimper, e trabalhadores em Caen, Rhodiaca (Lyon) e Dassault. Agora eles estão se voltando contra os estudantes. O regime não tolerará oposição. Não modernizará o país. Não nos garantirá nossas reivindicações salariais básicas. Nossa greve de um dia mostrará ao governo e aos patrões nossa determinação. Devemos força-los a recuar.<sup>160</sup>

O clima era de curiosidade, especialmente entre os mais jovens.<sup>161</sup> Entre eles, havia uma sede insaciável de informações, ideias, literatura e discussão.<sup>162</sup> Oradores da Confederação Geral do Trabalho (CGT) pediam que os trabalhadores participassem em massa. Os mais velhos eram mais céticos. Diziam estar satisfeitos demais para que tivessem uma desculpa de se juntar à passeata.<sup>163</sup>

Os primeiros confrontos com a polícia, notadamente os das madrugadas de 10 e 25 de maio, foram comandados pela Jeunesse Communiste Revolutionnaire, um grupo minoritário de jovens trotskistas. A retórica marxista deles, entretanto, escondia um espírito essencialmente anarquista, cujo objetivo imediato era a humilhação e suspensão da autoridade.<sup>164</sup>

Ademais, esses grupos não tinham apoio do Partido Comunista francês. Ou seja, além da orientação política ser de um grupo minoritário, tinha discurso diferente de objetivos práticos. Tony Judt afirma que

Nesse sentido, conforme insistia em tom de menosprezo a liderança do Partido Comunista Francês, aquilo era uma festa, não uma revolução. O fenômeno tinha todo o simbolismo de uma típica rebelião francesa – manifestantes armados, barricadas nas ruas, ocupação de prédios e esquinas

<sup>159</sup> Ibidem, pp.21

<sup>160</sup> Ibidem, pp.24

<sup>161</sup> Ibidem, pp.27

<sup>162</sup> Ibidem, pp.30

<sup>163</sup> Ibidem, pp.27

<sup>164</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

estratégicas, exigências e contra-exigências políticas -, mas carecia da substância característica.<sup>165</sup>

Michel Thiollent, por sua vez, explica qual seria a orientação política desses grupos minoritários

A maior influência intelectual exercida sobre os estudantes de 1968 foi o marxismo, mas, evidentemente, não o marxismo ortodoxo da União Soviética ou dos partidos comunistas do ocidente. Tratava-se de variantes relacionadas com nomes de Trotsky, Mao Tsé-Tung, Fidel Castro, Che Guevara. Havia também o ressurgimento do anarquismo e uma nova forma de anarquismo cultural, chamado “situacionismo”.<sup>166</sup>

Para muitos desses revoltosos, a preocupação de adaptar a universidade à sociedade moderna era uma piada. Na visão deles, a própria sociedade moderna deveria ser rejeitada. Eles não buscavam um meio e integração à vida adulta; ao contrário, buscavam oportunidades de contestá-la radicalmente.<sup>167</sup>

Também no dia 13 de maio, outros grupos se reuniram ao redor da fábrica da Renault, na avenida Yves Kerman. Havia blocos inteiros de funcionários de hospitais, com cartazes dizendo “Où sont les disparus des hospitaux?”. A insatisfação era geral, e real. Um observador londrino afirma:

Pensei naqueles que dizem que os trabalhadores somente estão interessados em futebol, no tierce (corrida de cavalos), assistir televisão, e em seus congés (feriados anuais), e que dizem que a classe trabalhadora não pode enxergar além dos problemas de sua vida cotidiana. Isso era uma inverdade muito clara. Também pensei naqueles que dizem que apenas uma restrita e podre direção separam as massas de uma total transformação da sociedade. Igualmente não é verdade.<sup>168</sup>

As passeatas eram bem organizadas, com ponto de partida e de chegada, além de ordem de dispersão – tudo orquestrado pelos estudantes. Segundo observadores, as confusões e protestos violentos que ocorriam durante as passeatas eram incitadas pelos pequenos grupos comunistas mencionados acima. Eles costumavam desobedecer as ordens de dispersão, sendo imediatamente repreendidos e tachados como provocadores. Um pequeno número desses

<sup>165</sup> Idem

<sup>166</sup> THIOLLENT, Michel. **Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante**. Tempo Social; Rev. Socio. USP S. Paulo, 10(2): 63-100, outubro de 1998, pp.6

<sup>167</sup> \_\_\_\_\_. **Paris, maio de 68 - Solidarity**. São Paulo, Conrad Editora do Brasil S. A., Coleção Baderna, 2003, pp.18

<sup>168</sup> Idem, pp.32

revoltosos foi agredido fisicamente, e surgiram algumas discussões acaloradas nas quais os manifestantes denunciavam os grupos de esquerda como policiais, e a última trincheira da burguesia.<sup>169</sup>

Em 11 de maio, o primeiro ministro, Pompidou agiu contrariamente ao ministro do interior e ao ministro e ao ministro da educação ao emitir ordens de que a polícia seria retirada do Quartier Latin, que as faculdades seriam reabertas na segunda, e que a lei reconsideraria a situação dos estudantes presos na semana anterior.<sup>170</sup>

Para os estudantes, essa foi a prova viva de que suas ações diretas estavam atingindo o governo. As concessões foram conquistadas por meio da luta. Após esse momento, houve uma explosão intelectual sem precedentes. Tudo foi posto em discussão. O cenário era de catarse coletiva.<sup>171</sup> O mesmo observador londrino afirma:

Em todos os lugares havia grupos de dez ou vinte pessoas discutindo acaloradamente, conversando sobre barricadas, sobre CRS, sobre suas experiências, mas também sobre a comuna de 1871, sobre 1905 e 1917, sobre a esquerda italiana em 1921 e sobre a França em 1936.<sup>172</sup>

Ainda no que tange aos “provocadores”, na noite de 13 de maio, após uma passeata, Daniel Cohn-Bendit, um dos líderes do movimento estudantil, discutiu com J. M. Catala, secretário-geral da união dos estudantes comunistas em frente a um auditório lotado (os fóruns de discussão costumavam ocorrer à noite).

Explique-nos, disse Cohn-Bendit, por que o partido comunista e a CGT instruíram seus militantes para que dispersassem na Denfert Rocherau? Por que os impediram que se juntassem a nós no debate do Champs de Mars?” “É muito simples”, disse Catala desdenhosamente, “o que havia sido acordado entre a CGT, a CFDT e a UNEF e as outras instituições que organizaram a manifestação estipulava que a dispersão seria feita em determinado lugar. O comitê organizador não havia sancionado nenhuma atividade posterior.”<sup>173</sup>

Esse relato deixa claro o fato de que as organizações de esquerda não tinham legitimidade para liderar o movimento, e quando tentaram fazê-lo foram repudiadas. O

<sup>169</sup> Ibidem, pp.41

<sup>170</sup> Ibidem, pp.45

<sup>171</sup> CARDOSO, FH. GRAEFF, EP., org. **Perspectivas: Fernando Henrique Cardoso: ideias e atuação política** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 51

<sup>172</sup> \_\_\_\_\_. **Paris, maio de 68 - Solidarity**. São Paulo, Conrad Editora do Brasil S. A., Coleção Baderna, 2003, pp.50

<sup>173</sup> Idem, pp.60-61

comando da Sorbonne advertiu os estudantes espalhando cartazes que alertavam sobre as táticas oportunistas do Partido Comunista – como o partido havia, de início, atacado o movimento e como ele procurava, àquela altura, assumir sua liderança.<sup>174</sup> Para eles, a revolução era maior do que qualquer organização, mais tolerante do que qualquer instituição representando as massas, e mais realista do que qualquer comitê central.<sup>175</sup>

Por sua vez, o Partido Comunista, atacado como não havia previsto e não podia controlar, buscou salvar o que pôde de sua reputação. Entre os dias 3 e 13 de maio, todas as edições de *l'humanité* traziam parágrafos atacando os estudantes. Em uma reunião na Sorbonne, o partido reafirmou que apoiava os estudantes, mas não os “elementos suspeitos” de sua liderança.<sup>176</sup>

Os panfletos foram um importante fator na revolta. Eles eram produzidos no terceiro andar do Centro Censier, onde se uniram estudantes e pequenos grupos de trabalhadores (as fábricas ficavam mais perto do Censier do que da Sorbonne), os chamados “comitês de ação trabalhador-estudante. Os panfletos discutiam os problemas imediatos dos grupos de trabalhadores, à luz do que os estudantes mostravam ser possível. A distribuição era feita do lado de fora da fábrica ou do escritório ao qual aquele panfleto específico se referia.<sup>177</sup> Eles incitavam mais discussões políticas do que a presença dos estudantes na rua. Os panfletos pareciam representar exatamente o que estudantes e trabalhadores pensavam.<sup>178</sup>

Representantes sindicais se reuniram com representantes do governo e traçaram o Acordo de Grenelle, que tratava de concessões trabalhistas. Mesmo com o acordo, o movimento grevista não arrefeceu de imediato.<sup>179</sup> Inicialmente, a *Confédération Général du Travail* (CGT) não soube o que dizer. Quando os representantes sindicais tentaram tomar a dianteira da greve da Renault, foram impedidos pelos próprios grevistas.<sup>180</sup> Não havia representatividade sindical na greve.

Os trabalhadores não queriam apenas melhorias salariais, eles queriam melhorias de vida. Um trabalhador grevista disse “Meu pai, antes de mim, também lutou por aumentos

---

<sup>174</sup> *Ibidem*, pp.52

<sup>175</sup> *Ibidem*, pp.30

<sup>176</sup> *Ibidem*, pp.56-57

<sup>177</sup> *Ibidem*, pp.64

<sup>178</sup> *Ibidem*

<sup>179</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v.

<sup>180</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

salariais. Agora eu tenho uma TV, uma geladeira, um Volkswagen. Porém, apesar de tudo, minha vida continua sendo uma vida de cachorro.”<sup>181</sup>

A greve e as passeatas continuaram a acontecer, e a incitar alguma atitude do Governo. No final de maio, o presidente Charles De Gaulle fechou o parlamento e convocou eleições gerais.<sup>182</sup> Os estudantes pensaram ter ganho margem para negociação com o governo. Entretanto, no dia 30 de maio uma multidão de quase um milhão de pessoas marchou pela Champs-Élysées em apoio ao governo.

O número era muito maior do que qualquer manifestação de estudantes ou trabalhadores conseguiu reunir. Nas eleições que se seguiram, os partidos da base governamental obtiveram vitória esmagadora, aumentando seu eleitorado em mais de um quinto e garantindo maioria absoluta na Assembleia Nacional.<sup>183</sup> Com esse resultado, a polícia recebeu ordens para reocupar as universidades e o Quartier Latin. “Os operários voltaram ao trabalho. Os alunos saíram de férias.”

## 2.4 Considerações Finais

As revoltas estudantis em Paris foram eventos marcantes para a década de 60 não só em Paris, mas também na Europa e no resto do mundo. O cenário de Guerra Fria e de bipolaridade poderia ter gerado revoltas com cunho ideológico, mas, a partir do que foi apresentado acima, não foi exatamente o que aconteceu. Jorge Cunha Lima, em entrevista, afirma:

Naquela época, eu dava aula para o grupo de Cohn Bendit. [...] Aqueles alunos sabiam muito pouco de marxismo, e eu dava aula sobre Weber, Marx. [...] Quando você olha o que eles escreviam nos muros daquela época, não há nada sobre lutas de classe. Nada sobre imperialismo. No fim, você não explica o que aconteceu na França pelos estudantes, afinal, os operários ocuparam as fábricas.<sup>184</sup>

Estudantes se uniram para protestar contra suas insatisfações, as quais não envolviam questões políticas ou econômicas. Os trabalhadores se juntaram a eles, mas também sem ter

<sup>181</sup> \_\_\_\_\_, **Paris, maio de 68 - Solidarity**. São Paulo, Conrad Editora do Brasil S. A., Coleção Baderna, 2003, pp.55

<sup>182</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v.

<sup>183</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>184</sup> CARDOSO, FH. GRAEFF, EP., org. **Perspectivas: Fernando Henrique Cardoso: ideias e atuação política** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp.51

reivindicações econômicas ou políticas em seus objetivos principais – vide o fato de que o governo e sindicalistas se uniram para elaboração de acordo salariais que foram rejeitados de imediato pelos grevistas.<sup>185</sup>

Havia, na França, dois grupos de reivindicações: as sociais e as culturais, que eram mais existenciais. A primeira ligada aos trabalhadores, e a segunda aos estudantes. Apesar de os revoltosos saberem que estavam insatisfeitos e manifestarem tal insatisfação, não se estabeleceu definições claras dos motivos da insatisfação e das exigências de mudança.

Apesar dos estudantes saberem quais mudanças queriam dentro das universidades – como flexibilização do currículo e maior proximidade entre professores e alunos, não se pode considerar que essas foram as únicas causas e sua insatisfação. Se esse fosse o caso, as revoltas estudantis teriam se isolado dentro das universidades, e não expandido para a sociedade como um todo, e atingido os trabalhadores.

Além disso, a revolta não era só dos estudantes. A sociedade também estava insatisfeita. Lefebvre afirma que “se a crise inicialmente estourou na universidade, é porque ela era o lugar de uma contradição superdeterminada que no momento era o elo mais fraco do regime”<sup>186</sup>. Ele também diz que a contestação era geral porque o engessamento social quase atingiu o limite do suportável para a juventude, porque ela ainda não havia adquirido os hábitos que nos tornam tolerantes.<sup>187</sup>

Também não se pode dizer que as insatisfações eram ideológicas. Fica claro, nos relatos apresentados, que os partidos de esquerda eram minoria, e não tinham legitimidade para liderar e nem falar pelo movimento. Maria Lúcia de Amorim Soares afirma

Em suma, foi um movimento ‘puro’, quase de completa mobilidade, desencadeando uma revolução cultural não sendo cultural, sem chefes, mas com porta vozes. Sem estrutura fixa sua efervescência preencheu o vazio dos lugares universitários.<sup>188</sup>

E, ainda

<sup>185</sup> \_\_\_\_\_, **Paris, maio de 68 - Solidarity**. São Paulo, Conrad Editora do Brasil S. A., Coleção Baderna, 2003

<sup>186</sup> SOARES, Maria Lucia de Amorim, e PERTANELLA, Leandro. **1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial**. Avaliação (Campinas), Jul 2009, vol.14, no.2., pp.12

<sup>187</sup> Idem

<sup>188</sup> Idem, pp.15

O maio francês significou uma crise de autoridade generalizada. Se em 1968 a velha sociedade não morreu, ou melhor, se a nova não chegou a nascer, ela não deixa de ser uma grande e generosa explosão revolucionária.<sup>189</sup>

Apesar da autoria definir o movimento como revolucionário, ele não pode ser caracterizado como tal segundo a definição de Hannah Arendt. Para ela, um movimento social só pode ser caracterizado como revolução quando há a substituição de uma estrutura antiga e não mais representativa por uma nova ordem político-social.<sup>190</sup> Hannah Arendt também afirma que é muito difícil que se pense a revolução enquanto o movimento está acontecendo, e por isso é difícil que haja definição clara dos motivos e objetivos – como aconteceu em Paris.<sup>191</sup>

Entretanto, quando De Gaulle dissolveu o parlamento e convocou novas eleições, a maioria da população votou a favor do estabelecimento da ordem, e o movimento revoltoso perdeu força. Nada mudou. Por isso, não se pode caracterizar os eventos de maio de 1968 em Paris como uma revolução.

Charles de Gaulle pode ter tentado atender a alguma reivindicação dos revoltosos quando, no ano seguinte aos protestos, convocou um plebiscito que propunha uma série de modificações políticas para descentralizar o poder de decisão da República Francesa, mas foi derrotado nas urnas.<sup>192</sup> Ou seja, a maioria da população estava satisfeita com a situação e com o regime. Segundo Maria Lúcia Amorim Soares e Leandro Petarnella, as eleições representaram a sobrevivência do velho e não a expressão do novo. Mas, de acordo com uma reflexão de Carlos Fuentes,

Quem importa? Eu já votei nas barricadas pelo socialismo revolucionário. Minha cédula foi o paralelepípedo. Numa das paredes da Sorbonne estava escrito: a primeira revolução foi política (a das nacionalidades), a segunda foi econômica (a dos proletários), a nossa será cultural.<sup>193</sup>

Assim foi o maio de 68 em Paris.

<sup>189</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v.

<sup>190</sup> ARENDT, Hannah. **Da revolução**. 2. ed. Brasília : Ática, 1990

<sup>191</sup> Idem

<sup>192</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>193</sup> SOARES, Maria Lucia de Amorim, e PERTANELLA, Leandro. **1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial**. Avaliação (Campinas), Jul 2009, vol.14, no.2., pp.12

### 3. A insubordinação dentro do partido

#### 3.1 Considerações Gerais

A Primavera de Praga foi a última revolta que aconteceu no bloco socialista antes do desmoronamento do sistema. Ela significa a derradeira tentativa de políticos pontuais para transformar a face do comunismo, e para promover o socialismo de face humana.<sup>194</sup> A tentativa foi esmagada por tanques soviéticos oito meses depois de seu início.<sup>195</sup> Cidadãos assistiram à invasão atônitos e, apesar de algumas das reformas terem sido mantidas por Moscou, os indivíduos que participaram das modificações foram obrigados a assinar termos negando as ideias anteriores.<sup>196</sup>

Em 1968, o Partido Comunista do país iniciou uma série de reformas com vias a liberalizar a política e a descentralizar a economia. Apesar de as mudanças preverem alterações dentro do regime comunista, Brejnev sentiu-se ameaçado. As tropas do Pacto de Varsóvia intervieram no país em agosto de 1968 sem encontrar resistência armada. Para justificar a ação, Moscou formulou a Doutrina da Soberania Limitada dos Países Socialistas, segundo a qual estes não poderiam adotar medidas internas ou externas que ameaçassem os outros integrantes do bloco.<sup>197</sup>

Primeiramente, é preciso entender como a Checoslováquia se tornou socialista e virou um satélite do Kremlin, além de explicitar um pouco melhor sua relação com a liderança geral do Partido Comunista, em Moscou.

#### 3.2 Checoslováquia

Em 1948, a Checoslováquia viu vários de seus ministros serem demitidos em protesto contra a infiltração comunista na polícia.<sup>198</sup> Os comunistas, então, se aproveitaram do

---

<sup>194</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

<sup>195</sup> HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

<sup>196</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>197</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 2 v.

<sup>198</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.152

momento de relativa instabilidade e engendraram um golpe político que estabeleceu o regime comunista.<sup>199</sup>

O golpe assustou tanto cidadãos tchecos quanto o Ocidente, uma vez que aconteceu em um país que era considerado democrático e que parecia ser amistoso em relação à Moscou. Para o Ocidente, ação significou que o comunismo estava em expansão<sup>200</sup> – mas essa interpretação não durou muito tempo, visto que o regime começou a se deteriorar internamente.

Desde 1953, quando da morte de Stalin, a URSS e seus satélites estavam sofrendo um processo de “desestalinização”.<sup>201</sup> O ditador tinha sido o mais cruel de toda a existência da União Soviética. Comandou atos de tortura e execução em nome do regime, e os anos de seu governo foram os que a população mais passou necessidades – à exceção daqueles considerados “amigos do regime”.<sup>202</sup> Julgamentos forjados e acusações de traição ao regime eram comuns sob a gestão de Stalin. Tony Judt afirma que na época de Stalin

O Partido Comunista e seu aparato viviam em estado de guerra não-declarada com o restante da sociedade, e a crescente familiaridade com o comunismo havia estabelecido novas linhas de batalha: entre aqueles aos quais o comunismo tinha trazido algum tipo de vantagem social e aqueles para os quais o regime significava discriminação, depressão e repressão. [...] de modo geral, o entusiasmo pela teoria comunista existia na proporção inversa da experiência prática do regime.<sup>203</sup>

E, ainda, “Segundo quaisquer parâmetros, exceto os de sua própria história, o regime era estático, repressor e inflexível.”<sup>204</sup>

Além disso, as falhas da economia comunista estavam claras. O sistema priorizava a produção em massa de bens industriais e primários. Itens mais procurados, como, por exemplo, bens de consumo, não eram produzidos ou eram produzidos em pouca quantidade. Ademais, a qualidade das manufaturas era muito baixa.<sup>205</sup>

O sistema de distribuição dos produtos era bastante falho. Quando não havia problemas de infraestrutura que atrapalhavam a logística e a ramificação das linhas de entrega

<sup>199</sup> Idem, pp.153

<sup>200</sup> Ibidem, pp.152

<sup>201</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

<sup>202</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

<sup>203</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.214

<sup>204</sup> Idem, pp.430

<sup>205</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v, pp.231

para cidades e vilarejos menores, havia escassez induzida – quais sejam, pontos de estrangulamento, sonegação fiscal e um elevado índice de corrupção.<sup>206</sup>

Esses problemas foram camuflados pelo regime no período entre-guerras. O momento impunha necessidade de reconstrução e, conseqüentemente, poder-se-ia dizer que a falta de elementos básicos ocorria devido ao redirecionamento dos recursos para a reconstrução.<sup>207</sup> Entretanto, depois de Krushev ter dito que o comunismo ultrapassaria o Ocidente e que a transição para o socialismo estava completa, o hiato entre a retórica comunista e a realidade não pode mais ser justificado pela necessidade de reconstrução do entre guerras.<sup>208</sup>

O processo de desestalinização, portanto, objetivou a retomada das boas relações do Partido Comunista com seus cidadãos, e o fim da era do terror. Tony Judt afirma que

Após 1965, o processo de desestalinização provocou a reivindicação de mudanças, assim como a descolonização e o fiasco em Suez o fizeram no Ocidente, mas o sufocamento das rebeliões húngaras deixara claro que reformas só seriam realizadas sob a égide do partido. E isso serviu para lembrar que a mola-mestra do comunismo era a autoridade de Moscou; o que contava eram a disposição e as políticas da liderança soviética. Até ser derrubado, em 1964, Nikita Krushev definia a história da metade oriental da Europa.<sup>209</sup>

Houve, no período, alguns movimentos reformistas que surgiram em outros países da URSS, como Polônia e Hungria. Eles buscavam estabelecer a terceira via ideológica – o meio do caminho entre comunismo e capitalismo, que resolveria os problemas de escassez de bens e de necessidades da população.<sup>210</sup> Todas as tentativas foram esmagadas pelo comando do Partido Comunista em Moscou. Ainda, segundo Tony Judt, o verdadeiro erro dos reformistas estava na percepção equivocada e ingênua do sistema em que viviam.

O que importava para a liderança comunista não era a economia, mas a política. A implicação inelutável das teorias dos reformistas econômicos era de que a autoridade central do Estado-Partido precisaria ser enfraquecida para que a normalidade pudesse retornar à vida econômica. Mas, diante de tal escolha, os Estados-Partidos comunistas sempre haveriam de optar pela anormalidade econômica.<sup>211</sup>

<sup>206</sup> Idem, pp.232.

<sup>207</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006

<sup>208</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>209</sup> Idem, pp.427

<sup>210</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006

<sup>211</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.434

Nesse contexto, a Checoslováquia poderia ser caracterizada como um híbrido, pois, no início da década de 60 o país se encontrava entre o stalinismo nacionalista e o comunismo reformista.<sup>212</sup> Os julgamentos do período stalinista, que haviam ocorrido na década anterior em outros países, chegaram tardiamente à Praga. Ademais, seu impacto foi mais duradouro do que em outras localidades.<sup>213</sup>

Ao contrário do que aconteceu no processo de desestalinização em outros países, não houve substituição de líderes em Praga. A velha guarda do regime permaneceu no posto, o que causava a impressão de que nada estaria mudando. Apenas duas comissões foram instauradas para analisar os julgamentos finalizados no período stalinista. Uma que trabalhou de 1955 a 1957, e outra que trabalhou entre 1962 e 1963.<sup>214</sup> O objetivo de ambas era admitir os crimes cometidos no passado sem perder o controle do futuro.

No curto prazo, o objetivo foi alcançado. Vítimas dos julgamentos stalinistas foram libertadas e reintegradas à sociedade. Curiosamente, pelos mesmos políticos e juízes que as haviam condenado. O partido e a liderança da era Stalin permaneceram intocadas.<sup>215</sup> Isso demonstra como o regime era engessado e repetitivo. Não havia, por parte da maioria dos indivíduos que executavam as políticas, qualquer tipo de reflexão mais profunda acerca das ordens que seguiam.

O regime tentou se desculpar pelo período stalinista diretamente aos indivíduos. Segundo Tony Judt, “Os ex-prisioneiros recebiam de volta as carteirinhas do partido, uma quantia em dinheiro, cupons (por exemplo, para comprar um carro), e em alguns casos até apartamentos. Suas esposas e filhos puderam voltar a se empregar e a frequentar escolas.”<sup>216</sup>

A permanência das lideranças do período stalinista se deu porque o primeiro-ministro tchecoslovaco à época, Antoin Novotny, preferiu esperar vários anos antes de denunciar o ditador soviético, ao contrário do que fez Nikita Krushev.<sup>217</sup> Ademais, a experiência tcheca com o terror stalinista era tão forte, e estava tão recente no imaginário da população, que o partido temia assumir erros passado, com medo de que as reações sociais pudessem ser ainda mais fortes do que foram na Hungria e na Polônia. Portanto, o processo de desestalinização da Checoslováquia foi retardado o máximo possível. “Até mesmo a estátua monumental de

---

<sup>212</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

<sup>213</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>214</sup> Idem

<sup>215</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006

<sup>216</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.440

<sup>217</sup> Idem

Stalin, acima de Praga, assim como a réplica em Bratislava, capital eslovaca, ficou intacta até outubro de 1962.<sup>218</sup>

Outro ponto importante em se tratando da Checoslováquia é que a revolução social originada com o estabelecimento do comunismo foi sentida de modo mais intenso do que em outras localidades, especialmente na Eslováquia. Com relação à República Tcheca, o país já era bastante desenvolvido antes dos comunistas tomarem o poder, e grande parte da sociedade era burguesa. As classes que mais sofreram com o terror soviético foram os professores e os intelectuais, a grande maioria de classe média.<sup>219</sup> Houve, portanto, o estabelecimento de uma modalidade social descendente para a grande maioria da população tcheca.

No entanto, a parte eslovaca sofreu grandes melhorias de vida. Os eslovacos eram, em sua maioria, trabalhadores rurais ou assalariados.<sup>220</sup> Com a inserção de políticas comunistas, sua ascensão social foi significativa. O percentual de jovens provenientes da classe operária matriculados em ensino superior subiu de menos de 10% em 1938, para 31% em 1956.<sup>221</sup> Com esses dados, a Constituição de 1960 dizia que o Partido Comunista Tchecoslovaco havia levado o país ao “socialismo pleno”.<sup>222</sup>

Atingir esse nível de “socialismo pleno”, no entanto, teve o custo de uma alta estagnação econômica – mesmo para os padrões soviéticos. Por isso, no XII Congresso Comunista, decidiu-se adaptar o evoluído estágio de avanço social no qual o país se encontrava à área econômica. Isso significava permitir reformas minimamente não comunistas para incentivar a economia. Contudo, as reformas não foram bem vistas pela área conservadora do partido. Por isso, só entraram em vigor no XIII Congresso Comunista, realizado quatro anos mais tarde.<sup>223</sup>

A aceitação das mudanças econômicas, a admissão dos erros de Stalin e a reabilitação pública dos ex-prisioneiros, conjuntamente, abriram margem para questionamentos mais estruturados sobre a ingerência do Estado-Partido na vida dos indivíduos. As promessas de reforma foram muito bem recebidas entre professores, escritores e intelectuais, e provocaram

---

<sup>218</sup> Ibidem, pp.441

<sup>219</sup> HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

<sup>220</sup> Idem

<sup>221</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.450

<sup>222</sup> Idem, pp.455

<sup>223</sup> Ibidem

uma avalanche de ideias e novas perspectivas. A sociedade sentia necessidade de oxigenação.<sup>224</sup> Segundo Tony Judt

A vontade de falar – de falar do passado – começava a ocupar o centro do palco, embora ainda expressa com cautela, em linguagem revisionista: quando o jovem romancista Milan Kundera enviou um artigo para uma revista cultural de Praga intitulada *Literarni Noviny*, em junho de 1963, as críticas se restringiram, prudentemente, ao desvio stalinista presente na literatura Tcheca e à necessidade de revelar a verdade a esse respeito.<sup>225</sup>

Esse período foi de total renascença artística na Checoslováquia. Filmes e livros começaram a surgir para falar dos períodos de repressão, especialmente da época em que Stalin estava no poder.<sup>226</sup> Mesmo com a situação em Moscou estando complicada com o golpe de Brejnev as ideias continuaram a florescer em Praga.

Tony Judt afirma que, para os estrangeiros, o mais proeminente sintoma desse período foi uma onda de novos filmes que, com a devida cautela, abordavam tópicos anteriormente proibidos. Ele cita *Trens Estreitamente Vigiaados* (1966), de Jiri Menzel, que sutilmente desafiava o mito comunista da resistência antinazista durante a guerra. Também em 1966, Ludvil Vaculi publicou *O Machado* – relato ficcional baseado nos relatos comunistas do pai do autor e na subsequente desilusão do filho.<sup>227</sup>

Ladislav Mnacko, outro escritor, publicou *A Volúpia do Poder* em 1976. O livro era um romance, mas continha uma crítica irônica a Novotny e à elite burocrática do partido. No mesmo ano, Milan Kundera publicou *A Brincadeira*, romance existencialista e autobiográfico sobre a geração stalinista na Checoslováquia.<sup>228</sup> Segundo Judt

Aqueles anos, “a era da construção do socialismo”, conforme ficaram oficialmente conhecidos, haviam se tornado presa fácil para objeção dos intelectuais, e durante o IV Congresso de Escritores Tchechos, ocorrido no verão de 1967, Kundera, Vaculik, o poeta e dramaturgo Pavel Kohout e o jovem dramaturgo Václav Havel atacaram a liderança comunista da época pela devastação material e moral que causaram. Esses artistas conclamavam a retomada do legado literário e cultural da Checoslováquia e a volta do país à posição central que sempre ocupara numa Europa Livre.<sup>229</sup>

<sup>224</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v.

<sup>225</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.460

<sup>226</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006

<sup>227</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>228</sup> Idem

<sup>229</sup> Ibidem, pp.467

Após o Congresso, o ataque à liderança tcheco-eslovaca ficou óbvio a todos.<sup>230</sup> Como se sabe hoje, o comando do Kremlin acompanhava as movimentações em Praga.<sup>231</sup> Sob o ponto de vista ideológico, Brejnev considerava a Checoslováquia o membro menos confiável do Pacto de Varsóvia. Sabendo disso, os integrantes do Partido Comunista Tcheco se esforçaram para manter-se firmes. O fracasso em reprimir a oposição intelectual que veio a tona em 1967 não foi por falta de tentativas.<sup>232</sup>

As duas maiores dificuldades em reprimir os dissidentes e acusadores do regime foram: a necessidade de manter a abertura econômica – o que implicava um grau de abertura e tolerância diante de opiniões divergentes<sup>233</sup>; e os problemas que começavam a surgir na Eslováquia.<sup>234</sup>

Com já foi mencionado, os povos da República Tcheca e da Eslováquia eram muito diferentes. Eslovacos eram minoria, além de serem mais pobre e rurais que a população tcheca. Os eslovacos haviam sido libertados do domínio Húngaro em 1918, e se tornaram os “primos pobres” da República Tcheca no período entre-guerras.<sup>235</sup> De acordo com Judt,

A maioria dos eslovacos era pobre e trabalhava no campo. Para eles, a rápida urbanização e industrialização ocorrida na primeira década do pós-guerra trouxe benefícios concretos. Em contraste com os tchecos, os eslovacos não estavam, em absoluto, insatisfeitos com o destino.<sup>236</sup>

Esse era o cenário até a década de 60, quando a nova constituição socialista entrou em vigor. Ela fazia menos concessões à iniciativa e à opinião local, e concedia pouca autonomia à Eslováquia. O ponto crucial foi a estagnação econômica, que atingiu a indústria pesada central do país. A nova constituição gerou bastante insatisfação na população eslovaca.<sup>237</sup>

Em janeiro de 1967, o presidente Novotny deveria ter começado as mudanças econômicas na Eslováquia. As propostas englobavam a descentralização do processo decisório e o aumento da autonomia local, além de benefícios salariais atrelados aos lucros.

<sup>230</sup> WIATR, Jerzy J. **Europa do leste: reforma ou queda do sistema?**. Lua Nova, São Paulo, n. 22, pp.69-105, Dezembro, 1990

<sup>231</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v.

<sup>232</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

<sup>233</sup> WIATR, Jerzy J. **Europa do leste: reforma ou queda do sistema?**. Lua Nova, São Paulo, n. 22, pp.69-105, Dezembro, 1990

<sup>234</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

<sup>235</sup> Idem

<sup>236</sup> Ibidem, pp.470

<sup>237</sup> Ibidem

Por isso, foram bem recebidas em Bratislava.<sup>238</sup> Apesar disso, Novotny preferiu não afrouxar o controle do partido e propôs emendas às mudanças propostas pela equipe econômica. Mudanças que isolavam ainda mais a posição eslovaca. Os próprios comunistas eslovacos começaram a desgostar das dificuldades de colaboração com os comunistas em Praga. Começou-se, então, a pensar na federalização.

Do outro lado, em 31 de outubro de 1967, um grupo de estudantes organizou um protesto no distrito de Strahov contra o corte de energia elétrica em seus dormitórios. Os protestos foram reprimidos pela polícia.<sup>239</sup>, o que acabou por agravar a atmosfera pesada do momento.

Diante de tantas insatisfações, Novotny pediu ajuda a Brejnev para acalmar os ânimos da população. Em visita à Praga, em dezembro de 1967, o líder soviético recomendou ao presidente da Checoslováquia que agisse como considerasse adequado. Os companheiros de Novotny aproveitaram a janela de oportunidade: em 5 de janeiro de 1968, o Comitê Central do Partido Comunista da Checoslováquia elegeu um primeiro secretário, Alexander Dubcek.<sup>240</sup> Antoin Novotny continuou sendo o presidente do país, mesmo depois de ter deixado a liderança do Partido.

### 3.3 A Primavera de Praga

Contrariando todas as tradições, Alexander Dubcek era jovem (47 anos), pertencia à ala reformista do partido e era eslovaco. Ele se tornou conhecido por ter sido líder do Partido Comunista eslovaco nos três anos anteriores. Durante o período, foi o responsável por apaziguar os ânimos eslovacos do início da década.<sup>241</sup>

Um mês após Dubcek ter assumido o cargo, foi dada aprovação irrestrita ao programa de reforma econômica. Ao mesmo tempo que o estilo do novo líder agradou aos mais jovens, sua lealdade ao partido tranquilizou o Kremlin. A ala conservadora do Partido não estava satisfeita com o que percebia das intenções de Dubcek.<sup>242</sup> Dizia-se que elas eram obscuras.

---

<sup>238</sup> Ibidem

<sup>239</sup> WIATR, Jerzy J. **Europa do leste: reforma ou queda do sistema?**. Lua Nova, São Paulo, n. 22, pp.69-105, Dezembro, 1990

<sup>240</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>241</sup> Idem, pp.472

<sup>242</sup> CARDOSO, Irene. **A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança**. Tempo soc., São Paulo, v. 17, n. 2, p. 93-107, Novembro, 2005 .

Tony Judt<sup>243</sup> afirma que se tinha essa impressão porque o líder não sabia ao certo que decisão tomar. E que essa ambiguidade o favoreceu, pois a falta de direcionamento claro fez com que diversos grupos e organizações competissem por seu apoio e se dispusessem a apoiá-lo. Carregado por uma onda de apoio popular, Dubcek endossou o clamor pelo relaxamento da censura<sup>244</sup> e começou um processo de eliminação dos apoiadores de Novotny no Partido e no exército tcheco.

Dadas essas circunstâncias, em 22 de março de 1968, Novotny renunciou à presidência e foi substituído, uma semana depois, pelo general Ludvik Svoboda. Cinco dias após a posse, o Comitê Central adotou um programa de ação que reivindicava autonomia para a Eslováquia, a reabilitação de vítimas e a democratização do sistema político e econômico.<sup>245</sup>

A partir desse momento, tornou-se oficial o “comunismo democrático”, e o “socialismo com semblante humano.”<sup>246</sup> Ainda, segundo Judt,

Durante algum tempo, [...], o Partido Comunista da Checoslováquia permitiria o surgimento de outros partidos, com os quais os comunistas competiriam em eleições legítimas. Na realidade, tais ideias não eram originais, mas, pronunciadas publicamente pelos órgãos oficiais do Partido Comunista governante. Elas provocaram um terremoto político. Começara a Primavera de Praga.<sup>247</sup>

Jerzy Wiatr também afirma que os eventos de 1968 na Checoslováquia giraram em torno de uma ilusão existente à época: a ideia de que os programas de reforma poderiam ser inseridos no projeto socialista.<sup>248</sup> Além disso, segundo Tony Judt,

Seria equivocado supor que, em 1968, estudantes, escritores e “reformadores” dos partidos pretendessem realmente substituir o comunismo pelo capitalismo liberal, ou que o entusiasmo pelo “socialismo com semblante humano” fosse mera concessão ou prática retórica.<sup>249</sup>

<sup>243</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>244</sup> CARDOSO, Irene. **A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança**. Tempo soc., São Paulo, v. 17, n. 2, pp.93-107, Novembro, 2005

<sup>245</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>246</sup> WIATR, Jerzy J. **Europa do leste: reforma ou queda do sistema?**. Lua Nova, São Paulo, n. 22, pp.69-105, Dezembro, 1990

<sup>247</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.475

<sup>248</sup> WIATR, Jerzy J. **Europa do leste: reforma ou queda do sistema?**. Lua Nova, São Paulo, n. 22, pp.69-105, Dezembro, 1990

<sup>249</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp.477

A ideia de que seria possível existir uma terceira via, qual seja: socialismo democrático compatível com instituições livres e que respeitasse as liberdades individuais tanto quanto as metas coletivas, estava instalada no imaginário tcheco, assim como fizera no caso dos húngaros.<sup>250</sup>

Com as atitudes de Dubcek, o Partido conquistou apoio popular. Havia a crença de que o socialismo era capaz de reescrever sua própria história. Ao mesmo tempo, a liderança do Partido acreditava que poderia fazer tais mudanças sem perder o controle da situação. Esse era o contexto da Primavera de Praga.<sup>251</sup>

Em 18 de abril, um novo governo foi instalado, sob o comando de Oldrich Cernik. Sua posse foi marcada por demonstrações públicas de apoio. Conseqüentemente, a nova administração praticamente relaxou todas as formas de controle sobre a opinião pública. Em 26 de abril, a censura sobre a imprensa e a mídia foi abolida oficialmente. Além disso, foi anunciado que a Checoslováquia seria um Estado federal, composto pela República Socialista Tcheca e pela República Socialista Eslovaca.<sup>252</sup>

Quanto mais reformas o partido fazia, mais a população cobrava. As mudanças que estavam planejadas para serem feitas anos a frente – como, por exemplo, a realização de eleições livres, que estava planejada para ocorrer dez anos mais tarde – poderiam ser feitas na época, pensava a opinião pública.

Ainda nesse sentido, foi elaborado um manifesto que pedia o reestabelecimento dos partidos políticos, e a criação de comitês que defenderiam e fariam avançar a causa da reforma.<sup>253</sup> O objetivo era retirar das mãos do Partido o controle pelas mudanças, e era exatamente isso que a liderança do Partido pensou poder evitar.

Dubcek rejeitou o manifesto e conseqüentemente a implicação que o partido deveria abandonar o monopólio do poder. Comunista durante toda a vida, não poderia tolerar essa mudança qualitativa.<sup>254</sup> Para Dubcek, o Partido era o único veículo adequado para encaminhar uma mudança radical, uma vez que a premissa dessas mudanças seria preservar as

<sup>250</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008; WIATR, Jerzy J. **Europa do leste: reforma ou queda do sistema?**. Lua Nova, São Paulo, n. 22, pp.69-105, Dezembro, 1990

<sup>251</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

<sup>252</sup> Idem

<sup>253</sup> CARDOSO, Irene. **A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança**. Tempo soc., São Paulo, v. 17, n. 2, pp.93-107, Novembro, 2005

<sup>254</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

características básicas do sistema socialista. “Quanto mais popular fosse o partido, maior seria o número de mudanças que ele poderia instituir com segurança.”<sup>255</sup>

O que nem Dubcek nem o Partido perceberam foi que sua popularidade estava diretamente ligada à sua disposição em realizar mudanças que, em último grau, poderiam afastá-los do poder. Quando o manifesto foi rejeitado, o distanciamento entre Estado comunista e sociedade, que antes estava mascarado pela vontade do Partido de realizar mudanças, tornou-se claro. Afinal, quando mais liberdade se tem, mais liberdade se quer.

A baixa na popularidade do Partido se deu em decorrência da redução na velocidade das modificações – que ficou clara com a rejeição do manifesto. Essa baixa trouxe à tona outro erro de cálculo político: o fato de Dubcek achar que poderia manter Moscou à distância com todo esse desenrolar de mudanças. Ele tentou convencer o Kremlin de que a cúpula central do Partido não tinha nada a temer com os novos eventos. Que, na verdade, o Partido sairia ganhando com o aumento de popularidade, e com a renovação de confiança no projeto socialista.<sup>256</sup>

O erro na análise da conjuntura política se deu porque a ala reformadora do Partido Tcheco interpretou erroneamente os eventos de 1965 na Hungria. Eles acreditavam que os erros de Imre Nagy tinham sido o afastamento do Pacto de Varsóvia e da declaração de neutralidade da Hungria. De acordo com os planos tchecos, enquanto o país permanecesse fiel ao pacto e aliado à Moscou, não haveria porque se preocupar.

A situação, porém, não era mais a mesma. Por volta de 1968, com o desenrolar de revoluções ao redor do mundo, o Partido Comunista da União Soviética se preocupava mais com a possibilidade de perder o controle sobre o monopólio do poder do que com a segurança militar.<sup>257</sup>

Nas reuniões gerais do Partido Comunista em Moscou, ucranianos e alemães orientais já reclamavam da influência que as reformas de Praga haviam gerado em seus países.<sup>258</sup> A possibilidade de afrouxamento do controle do Partido se espalhou, e agora era o objetivo da maioria das populações dos satélites soviéticos. O líder da KGB também mencionava a necessidade de reação militar à Praga.<sup>259</sup>

---

<sup>255</sup> Idem, pp.478

<sup>256</sup> Ibidem

<sup>257</sup> WIATR, Jerzy J. **Europa do leste: reforma ou queda do sistema?**. Lua Nova, São Paulo, n. 22, pp.69-105, Dezembro, 1990

<sup>258</sup> GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006

<sup>259</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

Nos dias 4 e 5 de maio, Dubcek e outros comunistas tchecos estiveram em Moscou e receberam documentos cheios de queixas de outros países soviéticos acerca dos fenômenos que aconteciam em seu país. Havia também o receio de que o Exército Tcheco já não fosse mais tão leal à Moscou como antes. Praga se tornou uma janela para o ocidente.<sup>260</sup>

Em julho de 68, Moscou oficialmente reconheceu que os movimentos em Praga já estavam fora do controle do Partido. Polônia, Alemanha Oriental, Bulgária e Hungria enviaram uma “carta fraternal” ao Partido Comunista tcheco advertindo-os sobre o risco de contrarrevolução, e sobre os boatos que giravam em torno do exemplo vindo de Praga.<sup>261</sup>

Cerca de duas semanas mais tarde, tanques do Pacto de Varsóvia realizaram manobras na fronteira da Checoslováquia. Em um encontro em Bratislava, em 3 de agosto do mesmo ano, Brejnev anunciou uma nova doutrina. Ela era

Todo Partido Comunista tem liberdade para aplicar os princípios do marxismo-leninismo e do socialismo em seu respectivo país, mas não tem liberdade para se desviar desses princípios caso pretenda continuar a ser um partido comunista [...]. O enfraquecimento de qualquer elo do sistema mundial socialista afeta, diretamente, todos os países socialistas, e esses podem contemplar tal situação com indiferença.<sup>262</sup>

Ainda assim, Dubcek continuou a afirmar que as reformas estavam, na verdade, trazendo ganhos positivos ao Partido Comunista, que elas não traziam ameaça à ordem comunista, e que a situação não fugia ao controle do Partido.

Em 18 de agosto, o Kremlin tomou a decisão oficial de invadir a Checoslováquia. Os líderes previam que no próximo Congresso do Partido Comunista do país a ala reformista assumiria o poder, momento a partir do qual Moscou não teria mais como desfazer as reformas e tomar o controle de volta. Ademais, o temor de que o exemplo tcheco inflamasse ainda mais as sociedades dos outros países era real.

Então, em 21 de agosto, 500 mil soldados soviéticos avançaram contra a Checoslováquia.<sup>263</sup> Havia o receio de intervenção americana – pois já era sabido que eles financiavam revoltas no bloco soviético, mas como o tratado de não-proliferação nuclear

---

<sup>260</sup> Idem

<sup>261</sup> Ibidem

<sup>262</sup> Ibidem, pp.476

<sup>263</sup> Ibidem

havia sido assinado há pouco, Brejnev acreditou que não haveria reação americana, ou do ocidente.<sup>264</sup>

Os invasores encontraram resistência passiva e algumas manifestações silenciosas nas ruas. O governo tcheco havia pedido que não houvesse protestos acirrados. Os líderes tchecos foram levados à Moscou e obrigados a assinar declarações negando as reformas e se responsabilizando por sua revogação. Entretanto, o Kremlin reconheceu que o Partido Comunista tcheco tinha apoio da população, e aceitou os deixar no poder mesmo após a invasão.<sup>265</sup>

A revogação da maioria das mudanças (a única que se manteve foi a federalização do país entre República Federal Socialista Tcheca e a República Federal Socialista Eslovaca) ficou conhecido como processo de “normalização”. Dubcek foi substituído em janeiro de 1969, quando ocorreram novos protestos contra a invasão. Seu sucessor foi Gustav Jusak.<sup>266</sup>

Mais uma vez, conforme ocorrera em 1938 e em 1948, a Checoslováquia era obrigada a ser cúmplice da sua própria derrota. Em 1972 – com poetas e dramaturgos obrigados a limpar caldeiras e lavar janelas; professores universitários empilhando tijolos; os estudantes mais inoportunos expulsos; os arquivos policiais cheios de “confissões” úteis e comunistas favoráveis às reformas intimados ou exilados – a “ordem” segundo as palavras de um ensaio brilhante e amargo escrito por uma vítima no processo de normalização, havia sido “restaurada”.

A invasão à Praga gerou protestos na Polônia e na Letônia. Ou seja, as ações do partido para encurralar “os ventos da mudança” não obtiveram sucesso. Apesar disso, a afirmação da nova doutrina – de que a soberania dos estados socialistas estava ameaçada quando um deles dava um passo fora da curva – atingiu o objetivo de reprimir qualquer ideia de manifestação em outros países do bloco.

Depois de 1969, a segurança da zona soviética ficou solidamente confirmada pela disposição demonstrada por Moscou a recorrer à força se necessário. Porém, nunca mais – e foi essa a verdadeira lição de 1968, primeiro para os tchecos e, no devido tempo para todos – nunca mais seria possível afirmar que o comunismo se alicerçava no consentimento popular, ou na legitimidade de um partido reformado, ou mesmo nas lições de História.<sup>267</sup>

<sup>264</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v.

<sup>265</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra**: uma história da Europa desde 1945. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008

<sup>266</sup> Idem

<sup>267</sup> Ibidem, pp.480

Jerzy J Wiatr também afirma que

Após os eventos de 1968, as correntes reformistas dentro do Partido foram condenadas a serem, no máximo, influentes minorias. Assim ocorreu também na Polônia e na Hungria, sendo que neste último país os reformistas, conscientemente, concentraram seus esforços na reforma econômica – obtendo neste campo alguns êxitos.<sup>268</sup>

### 3.4 Considerações Finais

Os eventos da Primavera de Praga, diferentemente dos de Paris, tiveram as reivindicações sociais colocadas em prática pelo governo. Os governantes tinham legitimidade e representatividade, e queriam aumentar a liberdade de sua população. Foram reformas relativamente bem estruturadas, com causas e objetivos definidos.

O problema foi que, apesar do governo Tcheco ter vontade política para aumentar a liberdade de sua população, ele não era um governo livre. A estrutura do Partido Comunista e a ingerência de Moscou nos assuntos internos de seus satélites suprimia qualquer liberdade política e margem de manobra que o governo pudesse ter. A sociedade não poderia ser livre porque seu governo não era.

Além disso, no que diz respeito à revoltas e revoluções, há duas análises possíveis, considerando as ideias de Hanna Arendt<sup>269</sup>:

- A primeira considera os eventos de 1967 a 1969, e de acordo com essa visão, pode-se dizer que houve uma revolução bem-sucedida em Praga. Isso porque havia o “phatos de novidade” e a liberdade. Ademais, as mudanças ocorridas trouxeram nova estrutura ao governo e à sociedade.<sup>270</sup>
- A segunda visão considera o período pós 1969. E, nos anos seguintes, não houve revolução. O processo revolucionário que aconteceu de 1967 a 1969 foi suprimido. As mudanças foram revogadas, e praticamente tudo voltou ao ponto que estava antes de 1967.<sup>271</sup>

<sup>268</sup> WIATR, Jerzy J. **Europa do leste: reforma ou queda do sistema?**. Lua Nova, São Paulo, n. 22, pp.69-105, Dezembro, 1990, pp. 73

<sup>269</sup> ARENDT, Hannah. **Da revolução**. 2. ed. Brasília : Ática, 1990

<sup>270</sup> Idem, pp.56

<sup>271</sup> Ibidem

De acordo com Charles Tilly<sup>272</sup>, um movimento social se caracteriza por três elementos. São eles: campanha, repertório de movimentos sociais, e uma combinação de validade, unidade, membros e comprometimento. Todos esses fatores foram observados em Praga. O que aconteceu naqueles dias foi um movimento social. No curto prazo, uma revolução bem sucedida. Mas, a longo prazo, não houve revolução.

---

<sup>272</sup> TILLY, Charles. **Social Movements, 1768-2004**. Colorado: Paradigm, 2004.

## CONCLUSÃO

Após a exposição fica claro que apesar de ambas as revoltas reivindicarem mais liberdade, o significado de liberdade para cada um dos países analisados era diferente. As diferenças de regimes ideológicos, portanto, não geraram aspirações diferentes na população – pelo menos não no aspecto macro. Ambas queriam mais liberdade.

O significado do termo, por sua vez, foi construído socialmente, ou seja, influenciado por diversos fatores – e um desses fatores foi a ideologia que havia em cada regime. Como já mencionado, o termo ideologia faz referência a questões de poder. É o conjunto de ideias que visa a manutenção de determinado sistema no poder.<sup>273</sup> As ideologias dos Estados analisados, portanto, definiram a forma com a qual as revoltas se formaram e se desenvolveram.

No caso da França, o capitalismo, na verdade, não tem uma estrutura ideológica rígida e que balize a forma de ação daqueles Estados que adotam essa ideologia. O capitalismo, em tese, está diretamente atrelado ao liberalismo, e, por isso, acredita-se que a maior máxima do capitalismo seja a liberdade individual, que faz com que cada um busque maximizar seus próprios interesses – e isso, segundo essa doutrina, é positivo para todos.

Assim, a ideologia capitalista dizia aos franceses que eles tinham liberdade de se manifestar, e de querer. Por isso os estudantes conseguiram iniciar as manifestações com uma pauta pouco definida e restrita às universidades. A junção do movimento aos trabalhadores se insere na mesma lógica. Eles mesmo diziam ter condições econômicas e sociais bem maiores que a de seus pais, mas ainda assim estavam insatisfeitos. E o sistema ideológico os permitia estar.

Por último, o capitalismo permitiu que Charles De Gaulle e Georges Pompidou lidassem com as manifestações da forma que bem entendessem, de acordo com sua vontade política individual. E isso previsto dentro da ideologia capitalista.

Os acontecimentos em Praga, por sua vez, foram claramente moldados pela ideologia comunista. Esta era muito mais rígida e engessada do que o capitalismo. A máxima do comunismo era que o Partido tinha de manter o controle político da sua sociedade, mesmo que fosse pelo preço da estagnação econômica.

Para que as insatisfações fossem ouvidas, portanto, era preciso que tudo fosse bem organizado, e com aspirações definidas, além de ter o *timing* correto. A população sabia que se esses pré-requisitos não fossem atingidos, as manifestações seriam facilmente suprimidas

---

<sup>273</sup> EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

pelo governo. Além disso, no caso da Checoslováquia, ainda havia o agravante de o país sofrer influência direta da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Ou seja, o país não respondia mais por si, ele tinha de se reportar a um ente superior – no caso, a Rússia.

A janela de oportunidade tcheca foi a eleição de Dubcek. A sociedade estava insatisfeita há bastante tempo, mas foi somente nesse momento que as manifestações tomaram força. Isso porque ele conseguiu reduzir o engessamento que a ideologia comunista trazia ao país. Entretanto, mesmo que internamente houvesse vontade política para reformas, a Checoslováquia não tinha autonomia para realizar as modificações por si só. Não havia liberdade para o governo tcheco.

Tanto em Paris quanto em Praga, a questão da liberdade foi crucial não apenas para o surgimento das insatisfações, mas também como influenciadora do modelo de resposta dos governos às manifestações.

Hannah Arendt afirma que “a ideia de liberdade foi introduzida no debate do problema da guerra depois que se tornou bastante óbvio que havíamos atingido um estágio de desenvolvimento técnico em que os meios de destruição eram tais que se excluía seu emprego racional”.<sup>274</sup> A liberdade começou a ser reivindicada quando todo o resto parecia ser injustificável, especificamente no período mais quente da Guerra Fria.

Os regimes definiram, de fato, a ação dos Estados. E o fizeram porque, no caso de Praga, o regime retirava autonomia do governo, e o fazia por questões ideológicas. As aspirações dos cidadãos tchecoslovacos poderiam muito bem ser as mesmas do governo do país, mas o governo não tinha autonomia sequer para manifestá-las. Já em Paris, a inclusão do país no regime ideológico capitalista não gerava grandes constrangimentos internos, e certamente não o fazia com relação à liberdade.

Além do que foi observado acima, também ficou claro que as premissas de Charles Tilly estavam certas: movimentos sociais precisam de uma campanha. O autor define o termo como um esforço público e organizado de demandar reivindicações coletivas a autoridades específicas.<sup>275</sup> Em Paris, não havia a definição clara das aspirações dos revoltosos (além de “os revoltosos” ser um grupo deveras diverso, que muitas vezes não conversava entre si), e esse foi um dos motivos pelos quais concessões não foram feitas. Mesmo que De Gaulle ou Pompidou quisessem, seria difícil atender às reivindicações tanto de estudantes quanto de trabalhadores, porque elas eram de cunho imaterial e abstrato. Eles conseguiam definir que queriam mais liberdade, mas não o que liberdade significava para eles.

---

<sup>274</sup> ARENDT, Hannah. **Da revolução**. 2. ed. Brasília : Ática, 1990, pp. 11

<sup>275</sup> TILLY, Charles. **Social movements, 1768-2004**. Colorado: Paradigm, 2004.

Ainda, no que tange ao conceito de revolução, de acordo com Hannah Arendt, só nos casos em que há mudança, nos quais se estabelece um novo princípio, e onde a violência foi utilizada para a formação de governos e lideranças diferentes das existentes previamente é que se pode falar em revolução. Se não ha substituição do ordenamento anterior, não há revolução.<sup>276</sup>

Ou seja, de fato, não houve revolução nem em Praga nem em Paris. O ano de 68 presenciou um movimento de participação política que não se via desde o início da Guerra Fria, e é curioso concluir que, mesmo assim, não houve revolução. O que de fato aconteceu foi uma explosão de insatisfações, muitas vezes diferentes, que se uniu e gerou protestos não orientados ou que não tiveram margem para se consolidar dentro de uma ideologia pré-estabelecida. Em ambos os movimentos, faltou combustível para tornar as reivindicações reais.

Entretanto, para os revoltosos, a ideologia não importava. Mesmo que ela tenha influenciado a maneira pela qual as insatisfações e os movimentos aconteceram, elas nunca estiveram no cerne dos debates, manifestações ou insatisfações. Em nenhum relato analisado, a ideologia foi mencionada.

Em nenhuma das duas manifestações, o objetivo principal foi contestar o sistema. Os revoltosos contestaram sua situação, independentemente do regime ideológico. Se a contestação tivesse sido ao regime, os revoltosos de Praga teriam pleiteado a instalação do capitalismo, por exemplo, e eles só pediam por mudanças dentro do comunismo.

Por último, fica claro que, de acordo com as divisões que dizem que 68 faz parte do período de coexistência pacífica da Guerra Fria, o período da década de 60 é o momento no qual as populações dos diversos países europeus começa a reduzir a importância, ou até mesmo ignorar a política ideológica.<sup>277</sup>

---

<sup>276</sup> ARENDT, Hannah. **Da revolução**. 2. ed. Brasília : Ática, 1990, pp. 28

<sup>277</sup> JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, pp. 453

## REFERÊNCIAS

- \_\_\_\_\_. **Paris, maio de 68 – Solidarity**. São Paulo, Conrad Editora do Brasil S. A., Coleção Baderna, 2003. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/maio68.pdf>. Acesso em 19/01/2016
- ARENDT, Hannah. **Da revolução**. 2. ed. Brasília : Ática, 1990, pp. 28
- BADARÓ, Celeste Cristina Machado. **Os quarenta anos do Maio de 1968**. Conjuntura Internacional, PUC Minas, 2008. Disponível em [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br). Acesso em 15/01/2016
- BERLIN ISAAH Sir,. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1981.
- BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de política**. 13. ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2008.
- BULL, Hedley. **A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002
- CARDOSO, FH. GRAEFF, EP., org. **Perspectivas: Fernando Henrique Cardoso: ideias e atuação política** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, pp. 51. Disponível em [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br). Acesso em 07/01/2016
- CARDOSO, Irene. **A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança**. Tempo soc., São Paulo, v. 17,n. 2, p. 93-107, Novembro, 2005. Disponível em [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br). Acesso em 04/02/2016
- EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- GADDIS, John Lewis. **A História da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006
- GOÉS, Carlos. **Entenda a crise grega em menos de 3 minutos**. In.: Mercado Popular: Economia Livre e Justiça Social. Disponível em: <http://mercadopopular.org/2015/07/entenda-a-crise-na-grecia-em-menos-de-tres-minutos/> Acesso em 10/07/2015
- HOBBS, Thomas. **Leviatã ; ou, A matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2003
- HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve Século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- JUDT, Tony. **Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008
- KOSELLECK, Reinhart; RICHTER, Michaela. **Crisis**. In.: Journal of the History of Ideas. No. 2, Volume 67. University of Pennsylvania Press, 2006. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/30141882> Acesso em 19/06/2014

- MILL, John Stuart. **Ensaio sobre a liberdade**. Lisboa: Arcádia, 1964
- ONUF, Nicholas. **Worlds of Our Own Making: The Strange Career of Constructivism in Puchala, ed., *Visions of International Relations*** – University of South Carolina Press, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 3 v.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge Luiz; ZENHA, Celeste. **O século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 2 v.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; GARCIA, Marco Aurélio. **As esquerdas e a democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. São Paulo, Martins Fontes, 1989.
- SOARES, Maria Lucia de Amorim, e PERTANELLA, Leandro. **1968, o ano que ainda faz pensar: intelectuais indagam sobre a irrupção dos jovens na sociedade industrial**. Avaliação (Campinas), Jul 2009, vol.14, no.2. Disponível em [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br) . Acesso em 07/01/2016
- STRANGE, Susan. **States and Markets**. Nova Iorque: Basil Blackwell, 1988
- TARTAKOWSKY, Danielle; DORMOY, Christelle; e PIGENET, Michel. **Lectures: les années 1968**. In.: Le Mouvement Social. No. 223 (Abril- Junho, 2008), pp. 33- 40. Editions l'Atelier, 2008. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27639632>. Acesso em 21/07/2015
- THIOLLENT, Michel. **Maió de 1968 em Paris: testemunho de um estudante**. Tempo Social; Rev. Socio. USR S. Paulo, 10(2): 63-100, outubro de 1998. Disponível em [www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br) . Acesso em 11/01/2016
- TILLY, Charles. **Grandes estruturas, procesos amplos, comparaciones enormes**. Madrid. Alianza Editorial, 1991.
- TILLY, Charles. **Social movements, 1768-2004**. Colorado: Paradigm, 2004.
- WALTZ, Kenneth. **O homem, o Estado e a Guerra: Uma análise Teórica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- WEBER, Max. **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963
- WENDT, Alexander E. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- WIATR, Jerzy J. **Europa do leste: reforma ou queda do sistema?**. Lua Nova, São Paulo, n. 22, p. 69-105, Dezembro, 1990, pp. 73. Disponível em <http://www.scielo.br>, acesso em 15/01/2016